

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MARIA EFIGÊNIA DALTRO COELHO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO COMO ELEMENTOS CULTURAIS PARA A
SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA:
INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO NA COMPREENSÃO DO ENSINO RELIGIOSO

São Leopoldo

2009

MARIA EFIGÊNIA DALTRO COELHO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO COMO ELEMENTOS CULTURAIS PARA A
SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA:
INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO NA COMPREENSÃO DO ENSINO RELIGIOSO

Dissertação de Mestrado Profissional

Para obtenção do Grau de Mestre em
Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Educação Comunitária com Infância e
Juventude

Orientadora: Elaine Gleci Neuenfeldt

Co-Orientador: Remí Klein

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C672e Coelho, Maria Efigênia Daltro

Educação e religião como elementos culturais para a superação da intolerância religiosa : integração e relação na compreensão do ensino religioso / Maria Efigênia Daltro Coelho ; orientadora Elaine Gleci Neuenfeldt ; co-orientador Remí Klein. São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

63 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2008.

1. Tolerância religiosa – Bahia. 2. Ensino religioso – Brasil. 3. Religião e cultura. I. Neuenfeldt, Elaine Gleci. II. Klein, Remí. III. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MARIA EFIGÊNIA DALTRO COELHO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO COMO ELEMENTOS CULTURAIS PARA A
SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA:

INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO NA COMPREENSÃO DO ENSINO RELIGIOSO

Dissertação de Mestrado Profissional
Para obtenção do Grau de Mestre em
Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Educação Comunitária com Infância e
Juventude

Data:

Elaine Gleci Neuenfeldt - Doutora em Teologia - Faculdades EST

Remí Klein - Doutor em Teologia - Faculdades EST

*“Eu dormi e sonhei que a vida era alegria.
Eu acordei e vi que a vida era dever.
Eu agi e vi que o dever era alegria”.*
(Rabindranath Tagore)

*Dedico esta dissertação,
em memória,
a meu esposo, Sebastião Bastos Coelho,
que sempre esteve ao meu lado,
dando-me força e estímulo;
a meu filho, Rafael Daltro Coelho,
constantemente presente em meu coração,
sempre me incentivando e aplaudindo durante minha trajetória.*

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Elaine Gleci Neuenfeldt, orientadora desta Dissertação, por todo empenho e compreensão e sábias idéias que contribuíram para a conclusão deste trabalho;

À Prof.^a Dr.^a Gisela Streck, pelo carinho, atenção e acolhimento;

A meu amigo, irmão e companheiro Gedeon Ribeiro, por sua ajuda, interesse e estímulo;

A meu amigo, filho Marcelo Máximo, por sua colaboração e apoio;

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desse trabalho.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A meu amigo, irmão Ulysses Rezende Neto, sempre presente em minha vida, aconselhando e apoiando em todas as horas, o responsável por minha presença no Mestrado. Obrigada por você fazer parte de minha vida.

RESUMO

O propósito deste trabalho é entender até que ponto a influência da colonização brasileira interfere ou dificulta o entendimento do Ensino Religioso e o relacionamento educador(a) e educando(a) com essa realidade, já que vivemos numa capital, Salvador, com uma diversidade religiosa e cultural, de maioria afrodescendente. Convivemos com uma gama de preconceitos e intolerância religiosa que podem fazer com que as aulas de Ensino Religioso não sejam respeitadas como deveriam, bem como prejudicar a prática educativa, transformando as aulas em espaço de construção de mais preconceitos. Por esta razão, pontuamos a necessidade de uma integração entre a educação, a religião e a cultura para o discernimento entre educador(a) e educando(a), entendendo que cada um possui suas próprias experiências e convicções de vida religiosa e cultural, nas quais tolerância e ética sejam princípios básicos.

Palavras-chave: Ensino Religioso, diversidade religiosa e cultural, intolerância religiosa

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand to what extent the influence of Brazilian colonization interferes or complicates the understanding of Religious Teaching and the relationship between educator and student in the reality we live: a capital, Salvador, with a religious and cultural diversity, with an afro-descending majority. We live with a series of prejudices and religious intolerance that can turn the classes of Religious Teaching not as respectful as they should be, as well as to harm the educational practice, turning classes in a construction site of more prejudices. For this reason, we look at the need of integration between education, religion and culture for the discernment between educator and student, understanding that each one has his/her own experiences and convictions of religious and cultural life, in which tolerance and ethics are basic principles.

Keywords: Religious Teaching, religious and cultural diversity, religious intolerance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E CULTURA.....	13
1.1 Educação.....	14
1.2 Religião.....	17
1.3 Cultura	24
2 DIVERSIDADES E TRADIÇÕES RELIGIOSAS.....	27
2.1 As principais tradições religiosas no Brasil.....	28
2.1.1 <i>Catolicismo no Brasil</i>	28
2.1.2 <i>Evangélicos e pentecostais: brasileiros</i>	30
2.1.3 <i>Espiritismo kardecista no Brasil</i>	33
2.2 Diversidades e tradições religiosas de matriz africana	34
2.2.1 <i>Umbanda/Candomblé</i>	35
2.3 Diversidade e intolerância.....	38
3 ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....	42
3.1 Uma visão panorâmica	42
3.2 O que é Ensino Religioso	45
3.3 Pistas para a superação da intolerância no Ensino Religioso	48
3.4 Formação e práticas docentes.....	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O Brasil foi constituído pela contribuição diversa e diversificada de negros escravizados, de índios reduzidos e de brancos conflitantes em lutas religiosas, em um quadro de intolerância, desrespeito e imposição de credos. A população de Salvador-Bahia é formada, em sua maioria, de afro-descendentes, predominando um sincretismo religioso muito forte e arraigado nesta maioria da população, devido à educação religiosa recebida desde a colonização do Brasil, onde a evangelização foi entregue às ordens religiosas católicas e, mais tarde, a missionários protestantes, encarregados da catequese cujo objetivo era converter índios e negros.

Dentro da multiplicidade histórica, objeto de afirmações contundentes a favor ou contra a liberdade de religião e de expressão religiosa, nós buscamos entender a interferência do sincretismo religioso na integração e relação entre docentes e discentes na compreensão do Ensino Religioso.

Partindo deste princípio, faz-se necessário a apreensão da realidade dessa composição populacional marcada pela pluralidade cultural, étnica e religiosa onde a experiência, a tolerância e o respeito sejam valorizados e compreendidos com superação dos *pré*-conceitos em relação ao outro e ao desconhecido, entendendo que cada um possui suas próprias experiências e convicções de vida religiosa e cultural, onde tolerância e ética sejam princípios básicos. Assim, conhecer o universo religioso, delimitando as próprias crenças em relação às crenças diferentes, admitindo que todas elas têm valor intrínseco, e procurar um diálogo saudável entre as diversas tradições pode fazer o ser humano situar-se no mundo de forma muito mais segura e fraterna.

A educação tem a possibilidade de aproximar as pessoas: trabalha o ser humano no tempo e no espaço, no aqui e agora e, conseqüentemente, dentro de

suas circunstâncias, reconhecendo todas as obscuridades do mundo que o cerca. A finalidade da educação é proporcionar um harmonioso desenvolvimento da personalidade. Trata-se da educação como ajustamento do ser humano ao meio em que vive, para que saiba aceitar, compreender e reagir adequadamente às circunstâncias físicas e culturais de seu ambiente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abre espaço para um ensino inter-confessional,¹ assegurando o respeito à diversidade.² Entendemos a religiosidade como autêntica dimensão humana, sendo necessário seu cultivo para a plena realização do ser humano, daí contemplarmos este aspecto na proposta de sua educação.

A Educação Religiosa é uma preocupação constante para todos nós. Ela visa a educação plena do(a) educando(a), a formação de valores fundamentais através da busca do Transcendente e da descoberta do sentido mais profundo da existência humana. Ao ignorá-la, estaríamos desprezando e violentando o direito a uma educação completa e o respeito à liberdade do ser humano.

Um Ensino Religioso, sem nenhum propósito doutrinante de uma determinada visão religiosa, de maneira respeitosa e reverente para com o domínio de cada culto e de cada doutrina, deve incentivar e desencadear no(a) educando(a) um processo de conhecimento e vivência de sua própria religião, mas também um interesse por outras formas de religiosidade, ampliando o universo cultural do(a) educando(a).

No sentido bíblico, o processo da educação combina-se com os princípios espirituais que, segundo se espera, emprestam poder e significado aos ensinamentos que transcendem os meios humanos práticos.

Nossa idéia é estabelecer uma relação entre educação, religião, cultura e Ensino Religioso, entendendo que a educação, inserida numa cultura, e a religião, como um dos elementos da cultura, afastam a intolerância religiosa.

¹ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Art. 33. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

² REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 9.475**. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

Isso nos leva à análise das representações e manifestações religiosas presentes nas práticas educativas, suas interferências ou influências nos trabalhos pedagógicos docentes e como os educandos expressam sua religiosidade e absorvem ou compreendem as diferenças religiosas em suas dimensões históricas, culturais e políticas.

Respeito independe de concordância: essa é a grande lição que a escola pode ensinar.

1 EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E CULTURA

Neste capítulo, discutiremos que a aliança entre educação, religião e cultura é importante para uma aproximação e relacionamento. É fundamental reconhecer que as transformações da atualidade estão intimamente relacionadas com a cultura, com a religião e com a educação.

A escola, sendo um espaço de construção de conhecimento e de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados, deve assumir a tarefa de educar, colocando o conhecimento religioso à disposição de todos os que queiram acessá-lo.

A religião deve gerar transformação e conscientização para que não dure o processo alienador e discriminatório. A religiosidade, em suas diferentes expressões, é uma dimensão construtiva do ser humano, já que, desde os primórdios constata-se sua manifestação nas culturas, servindo de referência para as pessoas que buscam respostas.

É no debate da diversidade cultural e na perspectiva de uma educação humanista que a religiosidade deve ser considerada uma questão pedagógica fundamental. O educador de Ensino Religioso tem como atribuição essencial valorizar as diferentes diversidades religiosas sem qualquer fundamentação teológica, excluindo, assim, qualquer forma de proselitismo.

Então, a diversidade se faz notável quando o respeito mútuo perpassa a concepção do que se acredita ser o certo ou errado.

1.1 Educação

A educação e a religião têm o poder de aproximar as pessoas. A questão de definir o que é educação tem sido ao longo dos séculos um exercício duradouro da intelectualidade especializada. Sabe-se que o fator regulador da educação é a capacidade que o ser humano tem de aprender experiências. Por isso, o diferencial se faz em relação aos animais não racionais, pelo fato de o ser humano ter a capacidade de adquirir conhecimento. Isto nos leva ao postulado de que ser humano não age somente por meio dos instintos. Como os irracionais, o ser humano também possui instintos, mas a maior parte de suas ações está determinada pelo comportamento adquirido, fruto de sua capacidade de aprendizagem. Mas, afinal o que é educação? Segundo Gilberto Cotrim e Mário Parisi, educação é “o processo pelo qual o homem, através da sua capacidade para aprender, adquire experiências que atuam sobre a sua mente e o seu físico”.³ Para Burrhus Frederic Skinner, a educação deve ser planejada passo a passo, de modo a obter os resultados desejados na “modelagem” do educando.⁴ Thomas H. Groome comenta que toda educação “é realmente, em última análise, uma busca da transcendência e expressão desse anseio humano e que, então, toda boa educação pode ser chamada de religiosa”.⁵ A Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – define a educação em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.⁶

Hoje estamos mergulhados, conforme palavras de Hugo Assmann, na sociedade da informação (SI). E ela veio para ficar e intensificar-se. Ela não espera por ninguém.⁷

Pode-se definir a educação das mais diferentes formas e com parâmetros diversos cujo objetivo é o desenvolvimento pleno do ser humano na sociedade. É

³ COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. **História e filosofia da educação**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 14.

⁴ SKINNER, Burrhus Frederic. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: EDUSP, 1972.

⁵ GROOME, Thomas H. **Educação religiosa cristã**. São Paulo: Paulinas, 1985.

⁶ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1996, Art. 1º.

⁷ ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

aqui onde o Ensino Religioso fundamenta sua natureza: o ser humano para adquirir seu estado de realização integral necessita também da perfeição religiosa.

Diante do exposto, fica claro que a educação é algo processual, não acontece da noite para o dia, e que tem sua sustentação, fundamentalmente, numa ação *a posteriori* do ser humano em todo seu contexto de vida, passando, essencialmente, pela formulação da transmissão oral do conhecimento do experiente ao iniciado.

Todo processo educacional deve ter seus fins. Sem isto, não há razão de ser no ato educativo. Não ter finalidade na educação é como caminhar sem saber para onde se está indo. Outrossim, passando rapidamente os olhos e ouvidos na história, há de se observar que as finalidades da educação são algo que está condicionado a vários fatores, especialmente, os culturais, sociais, políticos e econômicos de uma nação.

A educação na Grécia Antiga, especialmente em Atenas e Esparta, tinha por finalidade o aprimoramento da razão, o cultivo das artes, ciências e filosofia; em segundo plano, tinha como alvo o bom preparo físico para o exercício da vida militar. Em Roma, as finalidades educacionais estavam voltadas para a integração do indivíduo à vida social. Valorizavam-se virtudes do cidadão, deixando-se as manifestações das individualidades. No período da Idade Média, a preocupação foi mais voltada para o aspecto religioso do ensino. As coisas do espírito monopolizavam as atenções em detrimento da educação física. No período da Renascença, as finalidades educacionais tomaram caminhos inversos aos medievais, visto que agora se pretendia uma valorização do ser humano, cujo interesse deveria estar voltado para as coisas da Terra e não para as do Céu. O desenvolvimento das ciências começa a substituir a estrutura teológica que sustentava a Idade Média. Esta preocupação científica ainda se faz presente nos tempos modernos, mas também já está sendo superada por concepções mais abrangentes.

Diante de tudo isto, as correntes educacionais atuais, de certa forma, defendem que a finalidade da educação é proporcionar um harmonioso desenvolvimento da personalidade. Trata-se da educação como ajustamento do ser humano ao meio em que vive, para que ele saiba aceitar, compreender e reagir adequadamente às circunstâncias físicas, sociais e culturais de seu ambiente.

Desde o ponto de vista hermenêutico, destaca-se a base para que se tenha um ensino verdadeiramente renovador e profícuo. O ser humano é, por natureza, um ser social. A educação que não aponta para o outro é, no mínimo, aniquiladora. Aniquila a possibilidade do encontro. A educação deve olhar para o ser humano não apenas como um ser no contingente massificado no processo educacional do objetivo político governamental, mas, sobretudo, com um ser-indivíduo com anseios pessoais. A educação que se preocupa com a pessoa é uma educação que está gerando vida, dignidade e respeito. Por isso, educar pensando no ser humano como um ser individual é evitar a exploração, a avareza, a ganância, o orgulho e a violência. O ser humano tem que ser um agente de transformação pelo amor. A pessoa deve aprender a realizar os outros. Porém, para que se aprenda a se dispor aos outros no amor e na verdade, o processo educativo não pode ver a pessoa simplesmente como um objeto ou coisa a ser preparada para a sociedade, deve ver a pessoa como um ser apto para o amor.

O ser humano não deve ser visto como um depósito pronto para receber informações. O ser humano, é verdade, recebe informações, mas não simplesmente como um ser passivo; ele recebe informações sob o ângulo do ser processador, que sente com a palavra escrita e falada, que se emociona com o que diz e com o que ouve. O ser humano deve ser visto como ser que se emociona etimologicamente, ou seja, toda e qualquer palavra tem sido, peso, significado, ação e ocupa espaço na vida do ser humano. A educação tem que levar os seres humanos ao encontro com a fraternidade.

O ser humano não é um ser-só no mundo, ele depende de outros seres-iguais-a-ele para que sua sobrevivência seja garantida. Entretanto, esta manutenção da vida não acontece simplesmente com seres-iguais perto uns dos outros. É necessário que haja diálogo. Sem isto, o ser humano será um solitário acompanhado. Paulo Freire diz que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.⁸

⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 52.

1.2 Religião

A religião tem um significado social. É importante que, no estudo da História da Igreja nos últimos quinhentos anos, tem-se consciência de que a religião mudou ao longo da história. Também a idéia de religião mudou. Há religião na Pré-Modernidade, na Modernidade e na Pós-Modernidade. Em cada uma dessas épocas tem o seu significado específico. Também hoje, vive-se numa situação especial, na qual a sociedade comporta formas Modernas, Pré-Modernas e Pós-Modernas de religião.⁹

Nas sociedades Pré-Modernas, de modo geral, a religião permeava toda a vida social. Não havia separação entre religião e mundo. Religião é parte da sociedade. Religião não faz parte da dimensão da escolha. Ela não conhece o conceito moderno de “conversão”. Nesta situação, ela é parte integrante da cultura. Ela não precisa de uma instituição independente para sua reprodução. Todos partilham da mesma visão comum do mundo. Aqui, mistérios e dogmas fazem parte da vida das pessoas. A crença do sobrenatural faz parte de suas vidas; ou melhor: sobrenatural faz parte de suas vidas. A Igreja protege como parte integrante da sociedade, do maligno sobrenatural, assim como concede a bênção sobrenatural. Céu, inferno, purgatório, limbo e paraíso fazem parte do dia-a-dia.¹⁰

Essas pessoas do mundo Pré-Moderno eram cristãs, mas não eram cristãs num sentido moderno: não pertenciam a uma denominação. Somente com a reforma religiosa do século XVI, entende-se cristianismo como uma idéia de adesão a uma comunidade de fé. Isso é novidade em termos de cristianismo, em termos de religião, mas faz parte do mundo moderno. Para esclarecer isso, está o exemplo de Lutero e no uso que ele faz do conceito “vocação”. Lutero fala em vocação no mundo. Antes se saía do mundo para viver vocação; agora cada um tem sua vocação no mundo.¹¹

Se estas são algumas características do mundo Pré-Moderno, na Modernidade a cultura se seculariza. Com isso a religião deixa de ser o fundamento da sociedade. O fundamento passa a ser o Estado e o mundo. Estes dois organizam

⁹ DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

¹⁰ DREHER, 1999.

¹¹ DREHER, 1999.

a sociedade. Isso leva alguns estudiosos a afirmarem que o cristianismo é religião da saída da religião. A religião migra, então, da infra-estrutura para a superestrutura. Tem-se, então, na Modernidade, uma sociedade atéia, habitada por crentes.¹²

Nesse sentido, a religião deixa de ser uma questão social para ser questão pessoal, passando o conceito “conversão” a adquirir um significado todo especial. Na passagem da Pré-Modernidade para a Modernidade e desta para a Pós-Modernidade há uma mudança qualitativa de religião.¹³

Pode-se afirmar que, na Pré-Modernidade, a religião é ar que se respira. A pessoa nasce, vive e morre na religião. Não se concebe vida sem batismo, casamento e enterro cristão. A religião está ligada organicamente à sociedade. A religião é forte, mas a instituição religiosa é fraca. Na modernidade, isso vai ser diferente. Aqui a religião é questão de opção, pois a conversão é abandono da tradição. Deixa-se a lei dos pais para entrar na lei dos crentes. Daí brota e surge a importância da comunidade institucional. Ela é instituição em oposição a outras instituições, também em relação ao mundo. Para isso, ela tem que ser forte. Ela vai receber a tarefa de reproduzir a religião. Os imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX e ao longo do século XX trouxeram consigo parte da situação Pré-Moderna, na qual a religião era questão de base da sociedade, a organização da Igreja ocorreu em tempos modernos: foi Igreja de comunidade.¹⁴

Atualmente, começa a se manifestar com força a tradição da religião Pós-Moderna. Defronta-se sempre mais com o ser Pós-Moderno, que afirma viver e ter religião sem comunidade. Ele busca Deus na interioridade, busca a religião em si, dentro de si mesmo. Fala do “Deus em nós”. Busca o Deus íntimo, no íntimo. Fala de um Deus que é “energia”, “força”. Na situação de Pós-Modernidade, todos os caminhos são válidos para a pessoa encontrar-se consigo mesma. Trata-se aqui da religião do *self*.¹⁵

Outra característica dessa situação de Pós-Modernidade é a identificação da religião com a humanidade, o que faz parte da globalização. Daí nasce, por exemplo, a forte preocupação da religião com questões ecológicas. Muitos dizem que a Pós-Modernidade traz o fim da religião, mas pode-se verificar o contrário. O

¹² DREHER, 1999.

¹³ DREHER, 1999.

¹⁴ DREHER, 1999.

¹⁵ DREHER, 1999.

que se constata é um fortalecimento da experiência religiosa. Cada vez mais se encontra pessoas – também nos meios acadêmicos – que acentuam ter tido uma experiência religiosa, mas sem comunidade. Nesse sentido, crescem mais as Igrejas e grupos que proporcionam experiências religiosas. Em todos os casos, acentua-se que nos encontramos em meio a uma situação de profundas mudanças no cenário religioso, também cristão, semelhante ao acontecido no século XVI. Os fundamentalismos e as ortodoxias que se manifestam nada mais são do que reações a uma revolução que atinge também a religião.¹⁶

Etimologicamente a palavra religião vem do verbo latino *religare* (*re-ligare*). Religar pressupõe uma ligação originária desfeita, mas que admite uma nova ligação (*re-ligar*). Segundo Cury,

Para uns, a religião é um retorno ampliado a uma comunhão cósmica e telúrica. Para outros, o surgimento da vida, o encantamento com o céu estrelado e com a consciência interior de cada qual inspiram postular a passagem do universo terreno ao universo da transcendência ou, em outros termos, no encontro de outro com o Outro. Esta passagem – para uns, uma questão de argumento lógico, para outros um salto na fé – significou o aparecimento de múltiplas modalidades de expressar a religião do homem com o Transcendente. Ao mesmo tempo, tal religião foi a oportunidade para que muitos também expressassem um humanismo radical no âmbito exclusivo da terrenalidade e da temporalidade.¹⁷

A religião, então “seria, ante o distanciamento dos homens entre si e deles com o seu Criador, um caminho de reencontro e de religião mútuos”.¹⁸

A evolução da experiência religiosa está sujeita aos mesmos princípios gerais da evolução psicológica do ser humano, visto que a religião não é mero apêndice à vida, porém parte integrante e vital da personalidade. Em cada fase da vida do ser humano, a religião tem características típicas e cumpre determinadas finalidades ou propósitos.

Na criança, verifica-se que a religião é formada à base das relações interpessoais com significantes outros, principalmente com seus pais, cujos valores interiorizam no processo de socialização.¹⁹ A religião da criança caracteriza-se por dependência, egocentrismo, antropomorfismo, ritualismo e curiosidade. O

¹⁶ DREHER, 1999.

¹⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, set./dez. 2004, p. 188.

¹⁸ CURY, 2004, p. 188.

¹⁹ BENKO, A. **Psicologia da religião**. São Paulo: Loyola, 1998.

comportamento religioso, devidamente aprendido na infância, acompanhará o ser humano através de toda sua vida e será fator importante em todas as fases de ajustamento e de sua personalidade.

Na adolescência, o ser humano transforma a experiência religiosa da infância em algo mais pessoal e Deus passa a ter significação muito mais real em sua vida. A religião do adolescente é marcada por grande interesse social e por preocupação de ordem moral.²⁰ É a fase da evolução religiosa, marcada também por profunda crise, que deve ser vista por pais e educadores como potencialmente criativa por representar esforço do adolescente para transformar em sua própria espécie, a religião que recebeu por mera tradição. A religião bem ensinada e devidamente assimilada é um dos fatores importantes nos ajustamentos emocionais e sociais dos adolescentes, nessa fase crítica da vida.

Para o adulto, a religião cumpre propósito nobre, o de ajudá-lo na formulação de uma filosofia de vida que lhe empreste as características de unidade e finalidade.²¹ A religião sadia pode ajudar o ser humano a formular um sistema de vida e uma concepção do universo que lhe dê o sentido de integridade do ser e a autoconsciência necessária a uma vida útil e produtiva. Ela é capaz de levá-lo à formação de um centro de lealdade que dará sentido e direção a todas as suas ações. A religião do adulto, portanto, é essencialmente pragmática e reflete sua concepção da vida e do universo.

Para o idoso, a religião funciona como o elemento que o ajudará a fazer a transição final da vida do modo mais suave possível e sem traumas que tipicamente caracterizam essa fase da existência humana.²² A religião do idoso que alcançou integridade - e não o desespero - é caracterizada pelo processo crescente de simplificação que consiste em eliminar o supérfluo e preservar o essencial e necessário.

A religião deve gerar transformação e conscientização. Quando isso não acontece, é porque está se perpetuando o processo eliminatório e discriminatório. A beleza da diversidade se faz quando o respeito mútuo perpassa a concepção do que acreditamos ser o certo ou errado.

²⁰ BENKO, 1998.

²¹ BENKO, 1998.

²² BENKO, 1998.

Alguns entendem religião como **re-ligare**, dando o sentido de reatar. Ela tem a função de aproximar pessoas que alimentam crenças comuns, Ela, neste sentido, é simbólica, enquanto une, dá sentido e significado comum a um grupo. Outros entendem religião como **relegere**, isto é, reler, observar conscienciosamente. Cícero dirá que a palavra religião vem do verbo **legere**: ler. E os sacerdotes antigos eram considerados intelectuais que detinham vários saberes: os ritos, as leis divinas e a moral que delas derivava. A definição de religião, contudo, precisa partir de um pressuposto fundamental: a noção de sagrado.²³

Rudolf Otto, em seu livro *O Sagrado*, publicado em 1917, introduz o conceito de *sagrado*, no qual expressa a idéia daquilo que é absolutamente diverso de todo o resto e por isso não pode ser descrito através de conceitos usados comumente. Refere-se a uma especial dimensão do ser que Otto descreve como *mysterium tremendum et fascinans*, isto é, uma capacidade que, de um lado, faz tremer e, por outro, tem uma força atraente, difícil de resistir.²⁴ Apesar de sofrer críticas, Otto foi copiado e suas idéias se desenvolveram no pensamento de outros estudiosos da religião. É o caso do romeno Mircea Eliade. Ele trouxe uma nova contribuição para a Ciência das Religiões através de sua análise das diversas formas de experiência religiosa nos indivíduos, mais do que trabalhar conceitos de Deus e religiões. Ele postula que o sagrado é o oposto ao profano, justamente porque a etimologia da palavra sagrado remete à idéia de separado, consagrado, enquanto profano é aquilo que está fora da sacralidade. O ser humano conhece o sagrado quando ele se manifesta (revelação) de uma forma bem diversa do profano. Esta manifestação sacra Eliade denomina de *hierofania*, palavra grega que significa literalmente “algo sagrado está se revelando a nós”. Esta revelação pode ser uma planta, uma pedra, uma pessoa, um livro ou um deus. O livro, a pedra, ou a pessoa são venerados justamente porque, através deles, o sagrado se manifesta.²⁵

A religião pode ser definida como o elo entre o ser humano e o sagrado. Ela estabelece o vínculo do ser humano com o Transcendente (Deus). O termo “sagrado” é básico para entender uma tradição religiosa. É necessário, portanto, defini-lo, diferenciá-lo de outros conceitos e caracterizá-lo. Em sua estrutura

²³ DELUMEAU, Jean; MELCHIOR-BONNET, Sabine. **De religiões e de homens**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 11.

²⁴ OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

²⁵ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

fundamental, o sagrado é sempre um ato misterioso, é a manifestação de algo totalmente Outro que não pertence à ordem natural. O sagrado se mostra e, ao se revelar no espaço e no tempo, deixa-se descrever. Essas manifestações do sagrado, contudo, são mediadas por outras coisas. A mediação evita que o Mistério seja objetivado, pois tudo permanece em forma de linguagem, representando o símbolo, sem esgotar a alteridade do divino.

Em destaque, algumas definições de religião:

A religião é uma atitude social séria de indivíduos ou comunidades em relação aos poderes que, segundo sua crença, têm um controle último sobre seus interesses e destinos. A religião é a atitude de uma pessoa em relação a um objeto no qual ela crê genuinamente (J. B. PRATT).

Religião é tudo o que para os seres humanos encerra uma relação a algo sobre-humano e sobre-mundano, prescindindo-se das modas concretas pelos quais o religioso pode ser concebido e experimentado (BILLY GRAHAM).

Entende por religião uma propiciação ou conciliação dos poderes superiores ao homem, os quais, segundo se acredita, dirigem e controlam o curso da natureza e da vida humana. Assim definida, a religião consta de dois elementos, um teórico e outro prático: uma crença nos poderes superiores e um intento de torná-los propícios e de a eles agradar (J. FRAZER).

Uma religião é um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, quer dizer, coisas apartadas e proibidas [...] crenças e práticas que unem a todos os seus adeptos em uma só comunidade moral, chamada igreja. O segundo elemento de nossa definição é menos essencial que o primeiro, uma vez que, ao mostrar que a idéia de religião não pode ser separada daquela da igreja, torna-se evidente que a religião deve ser eminentemente coletiva [...] (É. DURKHEIM).

Augusto Chiavegato explica que as religiões “compõem-se basicamente de três elementos: 1) o reconhecimento de um poder ou poderes que não dependem do homem; 2) um sentimento de dependência em relação a esse ou esses poderes; 3) o entrar em relação com o ou os mesmos”.²⁶

A crença em um ou vários poderes superiores faz com que o ser humano organize-se em grupos e em instituições (templos/igrejas), crie certos atos concretos, rituais e símbolos, bem como regulamente os atos de sua vida. Neste sentido, a religião é demarcada, segundo Émile Durkheim,²⁷ pelo coletivo e pela institucionalização de suas crenças e ritos por meio da igreja.

A religiosidade envolve símbolos e práticas oriundas de diversas fontes religiosas e inclui a fé em Deus, a crença em milagres e experiências místicas, tendo

²⁶ CHIAVEGATO, Augusto José. **Homem hoje**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. p. 56.

²⁷ DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

como base a “experiência do sagrado” e a relação entre transcendência e imanência. O religioso

[...] faz parte da percepção do divino sob a forma de “fascinante e “atemorizante” [...] Sua raiz é a experiência do sagrado, vivida na ambigüidade de nossa psicologia, história, raça, cultura, tradições e que se expressa em atos, gestos, cultos, danças, palavras, símbolos, tentando assim manifestar a relação do homem indivíduo e comunidade, com o Sagrado e o Mistério.²⁸

Entretanto, as relações que o ser humano estabelece com o Ente Superior, nem sempre estão mediadas pelos ritos e celebrações das instituições. O ser humano durante sua existência mantém diálogo com o Ser Superior, pautado na fé. Para Chiavegato, a fé “coloca-se do lado da compreensão da realidade, na linha da experiência, do acatamento do sentido radical da existência, como expressão do dom de Deus, que nos convoca a uma comunhão de amor com ele e com os irmãos”.²⁹

Leonardo Boff distingue a espiritualidade mística. A espiritualidade seria a “atitude pela qual o ser humano se sente ligado ao todo percebe o fio condutor que liga e re-liga todas as coisas para formarem um cosmos”.³⁰ A experiência da espiritualidade permite ao ser humano nomear esse fio condutor, dialogar e entrar em comunicação com ele, que é denominado entre outros nomes de “Fonte Originária de todas as coisas”, “Mistério do Mundo” ou “Deus”. A mística é entendida como a “forma de ser e de sentir que acolhe e interioriza experiencialmente esse Mistério sem nome e permite que ele impregne toda a existência”. Assim, não é o saber sobre Deus, mas o sentir Deus que funda o místico. A mística e a espiritualidade se exteriorizam institucionalmente nas diversas religiões do mundo, que são gestadoras de esperança, de salvação e de um destino transcendente do ser humano, trabalhando os valores e anunciando o Supremo Valor. A espiritualidade e a mística contêm discursos éticos, valores e normas que são fundamentais às atitudes do ser humano no mundo.

Aborda-se a temática religiosa com unilateralidades e pré-conceitos que impedem um verdadeiro encontro entre culturas e saberes antropológicos adquiridos

²⁸ LIBÂNIO apud CHIAVEGATO, 1979, p. 67.

²⁹ CHIAVEGATO, 1979, p. 67.

³⁰ BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 102.

por diversos grupos humanos. Deve-se refletir a relação entre religião e cultura, pois abrem paradigmas diferentes, contextos desconhecidos e incita o diálogo, o respeito, a diversidade e a busca da unidade fundamental entre os seres humanos.

Há estudiosos que consideram as religiões como produto de fatores sociais e psicológicos. Trata-se de uma idéia reducionista que limita a religião a um elemento de relações sociais ou resultado da vida espiritual humana. Para Karl Marx, a religião - como a arte, a filosofia, a moral e as idéias - é apenas uma superestrutura edificada sobre a base do sistema econômico. O progresso histórico é regulado pelo modo no qual está organizada a produção e por quem possui os meios de produção: as fábricas e as máquinas. A religião refletiria apenas estas relações fundamentais.

A religião reflete questões referentes ao Transcendente. O ser humano é, na essência, um ser em relação. Buscando sobreviver e dar significados para a sua existência ao longo da história, vai construindo formas desse relacionamento, na tentativa sempre de superar sua provisoriedade, sua limitação, ou seja, sua finitude. Assim, questões fundamentais acompanham o ser humano ao longo da História: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Para que vivo? O que devo fazer?

Essas indagações vão se dificultando cada vez mais num mundo moderno marcado pela industrialização, pela técnica, pela secularização e pelo materialismo. O ser humano sempre vai desenvolvendo novas formas de se relacionar e, perante suas indagações, constrói conhecimentos que lhe permitem interferir no meio e em si próprio. E o conjunto dessas suas atividades e conhecimentos representa o ser humano dotado de outro nível de relações: a Transcendência. Em toda produção de cultura, desencadeada sempre pela tentativa de superação de suas limitações, está presente o religioso. Pode-se afirmar que cada cultura tem em sua estruturação e manutenção o substrato religioso que a caracteriza e o unifica à vida coletiva diante de seus desafios e conflitos.

1.3 Cultura

Cultura é o que se cultiva. Essa concepção foi herdada do pensamento alemão. Uma das capacidades que o ser humano possui é a produção de cultura. A cultura é o produto do pensamento do ser humano.

Para Rubem Alves, o ser humano criou a cultura em busca de significados. Ela surge através do processo que o ser humano realiza para transformar o mundo desconhecido e ameaçado num mundo conhecido, um lar. “A cultura, nome que se dá a esses mundos que os homens imaginam e constroem, só se inicia no momento em que o corpo deixa de dar ordens”.³¹

A antropologia aceita a religião como um fenômeno universal presente em todas as culturas, sendo impossível separá-las. A modernidade caminhou em sentido oposto às crenças religiosas, provocando uma ruptura entre cultura e religião. A religião distanciou-se da cultura moderna, considerando-a pecaminosa e desumana. A falta de integração entre religião e cultura desvaloriza a prática de ritos. Francisco Catão comenta a articulação entre religião e cultura:

A ruptura entre religião e cultura é desumanizante. Por um lado priva a cultura de sua dimensão mais preciosa, do ponto de vista humana. Por outro, isola a religião da vida, condenando-a ou a se diluir no indiferentismo, ou a se afirmar de maneira esquizofrênica, nas muitas formas de fundamentalismo e de integrismo, que ameaçam tornar inviável o convívio humano.³²

É fundamental reconhecer que hoje as grandes transformações estão diretamente relacionadas com a cultura, a religião e a educação. O estudo da cultura é imprescindível, com o intuito de buscar a raiz das manifestações religiosas e compreender o modo de ser, pensar e agir no cotidiano das pessoas. Desta forma, é preciso pensar sobre a origem, o significado e a influência dos mitos e crenças expressos na cultura, assumindo uma postura de análise para além do senso comum, que apenas descreve e dramatiza ritos.

Se toda cultura tende a reunir pessoas que partilham suas experiências cotidianas, pode-se dizer que a cultura é religiosa porque possibilita a aproximação de pessoas que alimentam crenças comuns. Ela também estabelece uma relação intrínseca com a religião quando propõe a releitura de fatos, gestos e expressões da vida humana de acordo com parâmetros que dependem de crenças e valores.

Estudar manifestações culturais pode ser o início da compreensão do que é cultura e de como se estabelecem as relações entre os seres humanos, alargar o

³¹ ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 2005. p. 20.

³² CATÃO, Francisco. **A educação no mundo pluralista:** por uma educação da liberdade. São Paulo: Paulinas, 1993a. p. 4.

conhecimento, ampliar o diálogo e acolher o diferente. Nas diferentes culturas, a religião se expressa em uma teia de símbolos, desejos no imaginário e em práticas, entre os quais os festivais e celebrações.

Partindo da relação entre religião e cultura, evidencia-se que a religião não resolve o problema de Deus, mas aprofunda e agrava a sua compreensão. O Deus revelado se mostra (tira o véu) e se esconde (torna a velar). A experiência do sagrado não significa apropriar-se da divindade.

A chamada “religião oficial” conseguiu infundir sua expressão simbólica, produzindo um desnivelamento de valores socioculturais. Sutilmente e de maneira total, ela obrigou, pelo batismo compulsório, os novos participantes da sociedade a um compromisso emocional e intelectual com o novo sistema de crença. Sistema organizado sobre o que devia fundamentar suas vidas, suas relações com o ambiente e com o Senhor. Professando a mesma fé e utilizando a mesma linguagem, o colonizador imaginou ter retirado do africano os símbolos vitais de sua identidade cultural. Em verdade, antigos africanos, oriundos das mais diversas etnias, desapareceram. Entretanto o universo cultural permaneceu.

Nesta perspectiva, a religião não é ópio, consolo ou amuleto. No passado, historicamente, ela foi conectada a práticas alienadas. Fala-se do respeito pelo outro não apenas como tolerância, mas também como reverência. Decorre disso o reconhecimento do pluralismo religioso e da diversidade cultural.

A escola é a razão principal para um acolhimento da diferença cultural e assim contribuir para a construção de um pacto social democrático, igualitário e fraterno.

2 DIVERSIDADES E TRADIÇÕES RELIGIOSAS

Neste capítulo, buscamos refletir sobre esse complexo mundo das diversidades e tradições religiosas do Brasil.

Um contato maior com as religiões no sentido de conhecimento e entendimento da diversidade religiosa presente na cultura brasileira. As diferenças de cada uma devem ser respeitadas no sentido de proporcionar o bom convívio social do ser humano; seja na escola, no trabalho e onde quer que se relacionem.

A diversidade religiosa brasileira foi construída historicamente, e isso nos leva a acreditar que a reestruturação do Ensino Religioso elimina certos conflitos e sentimentos relacionados à discriminação, à intolerância e ao racismo religioso, entre praticantes de diferentes religiões.

A riqueza religiosa brasileira nos leva à reflexão de que sua complexidade pode torná-la construtiva para o desenvolvimento de atitudes de tolerância e diálogo mútuo. Ao estudarmos sobre religião e sua diversidade, descobrimos que as tradições religiosas são extremamente ricas e distintas em si mesmas.

A dominação cultural ocorreu, de modo mais nítido, durante os processos coloniais, quando as culturas locais eram reprimidas pelo colonizador, consideradas como primitivas ou ignorantes. Assim, por exemplo, na América Latina, as culturas indígenas foram exterminadas em nome da civilização cristã ocidental. A uniformidade já é um processo da indústria de massa que tende a impor um determinado padrão cultural em detrimento de outros considerados “fora de moda” ou ultrapassados, massificando a cultura.³³

³³ GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um mundo novo é possível**. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 36.

A religiosidade, em suas diferentes expressões, é uma dimensão construtiva do ser humano, já que desde os primórdios constata-se sua manifestação nas culturas, servindo de referência para as pessoas que buscam respostas.

2.1 As principais tradições religiosas no Brasil

Percebe-se em maior destaque a perda acelerada de hegemonia por parte do catolicismo e o crescimento massivo de “pluralização religiosa”, isto é, de multiplicação das opções religiosas existentes, com a liberdade de o indivíduo escolher aquela que considerar mais adequada.

Nota-se ainda que as religiões passam por um processo de “desinstitucionalização”. Esse processo não ocorre apenas no Brasil, pois é encontrável em grande parte do Ocidente, e significa o “esvaziamento” de instituições religiosas tradicionais, mais formais - como a Igreja Católica e as igrejas protestantes históricas - paralelo ao crescimento de formas menos convencionais de religião, filosofias com conotação mística, tradições esotéricas, etc. Há um aumento da adesão a formas de religiosidade que não necessariamente implicam no pertencimento a uma igreja (entendida aqui como um aparelho institucional) ou pela aceitação de uma doutrina comum definida com clareza e vigor.

Portanto, mais do que a uma mudança apenas quantitativa, o que se tem assistido é a uma “mutação sociocultural”, isto é, a uma ruptura com representações e visões do mundo; com canais tradicionais de transmissão e mitos e valores, que até agora teriam sido o “suporte cultural da identidade brasileira tradicional”.

2.1.1 Catolicismo no Brasil

Até meados do século XVIII, o Estado de Portugal controla a atividade eclesiástica na Colônia, responsabiliza-se pelo sustento da Igreja Católica e impede a entrada de outros cultos no Brasil, em troca de reconhecimento e obediência. Em 1750, o agravamento dos conflitos entre colonos e padres por causa das tentativas de escravização dos índios leva à expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal. No entanto, só em 1890, após a proclamação da República, ocorre a separação entre a Igreja e o Estado e fica garantida a liberdade religiosa.

O Brasil foi e continua sendo um país onde o catolicismo é aceito como fazendo parte da realidade religiosa brasileira. Sem dúvida, fala-se de um catolicismo cultural que permeia a sociedade. No Brasil, até os que se declaram ateus respiram o ar cultural religioso católico. Também a pessoa que se define como evangélica, na maioria das vezes, fá-lo em oposição ao catolicismo. Diferentes, porém, são os umbandistas ou espíritas, que se definem sem negar o catolicismo. Mesmo assim, o catolicismo eclesial e/ou nominal está perdendo sua influência lentamente, tanto em razão do avanço do pluralismo religioso quanto pelo crescimento da secularização dos mecanismos básicos que estruturam a sociedade. Associa-se também o declínio do catolicismo à crise das religiões de tradição majoritárias em qualquer parte do globo, face ao advento da liberdade religiosa no espaço público moderno. O crescimento dos “sem religião” pode funcionar como um complicador para o declínio do catolicismo, ou seja, sua substituição pelos evangélicos, constituindo-se como terceira alternativa viável a longo prazo.

Por outro lado, não se pode subestimar a capacidade da Igreja Católica, estruturada em dioceses e paróquias, tornar-se referência social e territorial em todo o país, influenciando politicamente e até conquistando espaços, alimentando uma postura constante de participações nas decisões nacionais. O leigo católico é motivado a participar da vida política através de legendas eleitorais e de associações cívicas e políticas.

Aponta-se também para uma crescente diversidade de práticas e discursos entre os que se declaram católicos. Por outro lado, não somente continua forte um catolicismo popular autônomo expresso em festas tradicionais variadas, devoções aos santos com práticas de estilos mágicos, como também ocorrem eventos tidos como milagrosos que mobilizam e dividem os católicos, como é o caso de aparições da Virgem. Também não se pode ignorar o movimento de Renovação Carismática Católica, que valoriza a ação do Espírito Santo, um dos elementos da Santíssima Trindade, onde pessoas levadas ao êxtase cantam e dançam, num ritmo comum aos protestantes pentecostais e dos cristãos independentes neopentecostais, sem ferir os aspectos básicos da liturgia católico-romana. Ganha força principalmente no interior e entre a classe média.

Apesar de todas as tentativas da Igreja Católica para aproximar os leigos da visão oficial de Roma, observa-se que, no mundo atual, a possibilidade de

ser católico à sua maneira aumenta. As próprias campanhas da Igreja e os movimentos, que reavivam a prática católica no Brasil, tendem a fomentar a maior diversificação na forma de viver o catolicismo na medida em que esses movimentos e campanhas sincretizam em grau, e em formas distintas, seja com a modernidade seja com outras vertentes religiosas.³⁴

No transcorrer do século XX, foi perceptível uma diminuição no interesse pelas formas tradicionais de religiosidade no país. O aparecimento de grande número de pessoas que se intitulam católicos não praticantes e o crescimento da população evangélica no Brasil, com a conseqüente intensificação de trocas entre católicos e evangélicos, podem estar afetando a forma de os católicos definirem o que é “ter religião” ou o que é “ser católico”. Estes “católicos”, muitas vezes, discordam dos ensinamentos morais da Igreja Católica. Daí pode-se levantar a hipótese que uma possível causa, entre outras, do crescimento do número dos que se declaram sem religião e dos que deixam de se declarar católicos seja a redefinição do conceito do que é ter uma religião.

2.1.2 Evangélicos e pentecostais: brasileiros

Martin Dreher entende, em suma, haver no Brasil três tipos de evangélicos: a) “evangélicos históricos”, procedentes diretamente da Reforma, b) “evangelicais”, oriundos do histórico movimento de Oxford e c) “evangélicos pentecostais”.³⁵ Vê-se, pela categorização do autor, a generalização do vocábulo “evangélico” a todos os cristãos não católicos no Brasil.

Antonio Gouvêa Mendonça diz que todo “evangelical” é evangélico, mas nem todo evangélico é “evangelical”. O autor faz a distinção:

O evangélico, como um protestante comum é, em geral, tolerante diante de outras formas de pensar assim como de outras religiões. Procura viver sua fé segundo os preceitos básicos da Reforma e eticamente tenta ajustar-se da melhor maneira à cultura sem violar sua consciência. De certo modo, a moral vitoriana ainda é um imperativo para esses protestantes. Os “evangelicais”, ao contrário, ainda mantêm vivo o anticatolicismo e alinham-se em torno de alguns pontos de fé que em muito se aproximam do fundamentalismo. Caracterizam-se pelo zelo evangelístico um tanto agressivo. Quanto à ética e à moral são intolerantes. Como se vê, as diferenças são sutis e dificilmente elas se dão a perceber para os observadores de fora, a não ser quando os “evangelicais”, por exemplo, apresentam programas e estratégias de ação em suas instituições. Os

³⁴ MARIZ, Cecília Loreto. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 65.

³⁵ DREHER, 1999.

evangélicos sempre se identificam como evangélicos, mas os “evangelicais” não o fazem pela simples razão de que não acham necessário.³⁶

Há ainda outra instância nesse universo do protestantismo tradicional. É o fundamentalismo. O fundamentalismo seria o extremo, partindo do evangélico comum e passando pelo “evangelical”. O fundamentalista protestante é um “evangelical” que reforça ao extremo a autoridade e a inspiração da Bíblia e eleva ao grau máximo a intolerância tanto interna como externa.

Contudo, o Brasil está ficando mais evangélico pentecostal. O pentecostalismo cresce por ruptura, influencia outras igrejas e faz com que as religiões afro-brasileiras e umbanda se redefinam frente à concorrência que se instaura no “campo da produção, circulação e consumo” dos bens religiosos.

Nos sistemas classificatórios mais freqüentes, o pentecostalismo brasileiro é considerado pertencente ao meio evangélico ao lado dos protestantes históricos e em oposição ao catolicismo no interior do cristianismo.

Percebe-se um certo vigor no mundo pentecostal. Se, por um lado, o pentecostalismo instituído recebe menos adesão, por outro lado, ele parece mais consistente. A instituição se impõe ao espírito. E o que se institucionaliza tende a negar o fervor das primeiras gerações. Simultaneamente, percebe-se um grau de autonomia maior dos crentes destas igrejas. Nem todas as esferas da vida pessoal e social continuam submetidas à religião.

Em uma perspectiva mais sociológica, vê-se como o pentecostalismo estabelece vínculos sociais que atenuam a situação de vulnerabilidade social das camadas mais pobres, o que lhe conferiu o sucesso nesta parcela da população. Mas, por outro lado, da mesma forma que isto pode ser pensado em relação às denominações mais tradicionais, uma outra característica do pentecostalismo contemporâneo é a fluidez nas relações comunitárias. Em resumo, a expansão evangélica (sobretudo os pentecostais das camadas mais pobres) do ponto de vista das características socioeconômicas ocorre de forma variada: a partir de circuitos de relações com um perfil mais comunitário construídos em torno dos templos e redes

³⁶ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 94-95.

familiares e de vizinhança; ou a religião torna-se uma espécie de serviço ao qual se pode recorrer por meio da mídia.

Ao lado de um certo “cansaço” e da tendência “natural” de institucionalização do pentecostalismo, ganha vigor o neopentecostalismo, cujas raízes alcançam o mundo pentecostal tradicional. Absorvendo “nutrientes” do “velho” pentecostalismo. Utilizando-se dos meios de comunicação de massa em tempos de mercado que se impõe, o neopentecostalismo ocupa espaços e desfecha uma “guerra santa” contra os cultos afro-brasileiros, umbanda e espiritismo, colendo, desta forma, muitos fiéis, mas também um certo fortalecimento dos cultos agredidos por uma linguagem religiosa bélica. De fato, os “agredidos” não ficaram inertes e também usam as mesmas armas dos “agressores”. Não são “guerreiros” da religião. Além disso, não possuem uma organização que pudesse falar em nome de todos os centros e terreiros para defendê-los nos meios de comunicação. Tal procedimento diante dos ataques se deve em grande parte ao fato de que suas fronteiras são altamente permeáveis.

Por conseguinte, este conflito religioso provocado por carismáticos, pentecostais e neopentecostais pode colaborar na reafirmação dos cultos afro-brasileiros e da umbanda. Além do mais, os “agressores” podem estar correndo o risco de se tornarem muito semelhantes aos que sofrem os ataques. Nem sempre a causa do conflito tem sustentação na diferença. O neopentecostalismo não representa um conteúdo religioso novo, mas uma forma de ser religioso, em estilo pós-moderno.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que entre cultos afro-brasileiros e neopentecostalismo há um “contrabando simbólico”, não obstante a guerra declarada do segundo em relação ao primeiro. É evidente que também aqui a transversalidade pode ser vista como uma chave de análise, ainda que com suas nuances particulares.³⁷

³⁷ BOBSIN, Oneide. Tendências religiosas e transversalidade: hipóteses sobre a transgressão de fronteiras. In: BOBSIN, Oneide. **Correntes religiosas e globalização**. São Leopoldo: CEBI; Curitiba: PPL, 2002.

2.1.3 Espiritismo kardecista no Brasil

Logo após o catolicismo e o protestantismo, o espiritismo é a terceira força religiosa do Brasil.

Para auxiliar a interpretação da presença do espiritismo no cenário brasileiro, sustenta-se a hipótese que a mediação letrada, compreendendo tanto a identificação com o racionalismo moderno quanto com a idealização nativa dos usos e costumes dos letrados – em suas facetas de escola laica, de ciência, de saber erudito, mas também de códigos burocráticos – é fundamental para entender a preservação do lugar de prestígio ocupado pelo espiritismo kardecista no campo religioso, bem como a escolarização relativamente superior de seus membros. Ao lado da ênfase na chamada *codificação de Kardec* (pólo simbólico de identificação comum, a despeito dos diversos modos de vivenciar o espiritismo) é a referência à cultura letrada que lança luzes sobre esta alternativa religiosa de incluídos e escolarizados, assim como desvela as nem sempre visíveis barreiras intelectuais e sociais à participação dos membros das camadas menos favorecidas da população em seu espaço religioso.³⁸

O espiritismo, criado pelo pedagogo francês Allan Kardec, foi utilizado pela primeira vez na introdução do Livro dos Espíritos em 1857. O termo espiritismo kardecista nasceu da necessidade de alguns em distinguir o espiritismo dos cultos afro-brasileiros, como a Umbanda. Devido às represálias que sofreram especialmente no período da ditadura militar, passaram a se auto-intitular espíritas, num desejo de legitimar e consolidar este movimento religioso.

O espiritismo foi escolhido pela proximidade de certos conceitos existentes nestas doutrinas. Entretanto, essa associação entre espiritismo e cultos afro-brasileiros não foram aceitas pelos espíritas mais ortodoxos, daí criarem o termo espírita kardecista, distinguindo-os daqueles que se denominavam espíritas umbandistas. Em muitos centros de umbanda, seus freqüentadores definem-se como espíritas. Existe no Brasil a Confederação Espírita Umbandista do Brasil e a Federação Espírita Umbandista do Brasil.

Os espíritas no Brasil, em sua maioria, afirmam-se cristãos e atribuem à doutrina espírita o caráter de uma doutrina cristã. Entretanto, essa associação entre espiritismo e cristianismo é contestada pelas religiões de matriz judaico-cristã, sob a alegação de que, embora partilhem valores cristãos, rejeitam determinadas idéias bíblicas e teológicas. Logo, eles não são considerados “cristãos”.

³⁸ LEWGOY, Bernardo. Incluídos e letrados: reflexões sobre a vitalidade do espiritismo kardecista no censo de 2000. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 173.

Oficialmente, a Igreja Católica posiciona-se proibindo terminantemente que seus fiéis assistam a sessões mediúnicas realizadas com o auxílio ou não de médiuns espíritas, mesmo que estes pareçam ser honestos ou piedosos. As demais religiões cristãs têm posições similares.

Mesmo discordando das práticas espíritas, muitas comunidades evangélicas atualmente procuram manter uma postura respeitosa em relação ao espiritismo, reconhecendo nos trabalhos sociais desenvolvidos pelas casas espíritas uma atividade séria e comprometida.

Sua possante e diversificada indústria editorial produz títulos muito populares num país afamado pelos baixos índices de leitura e aquisição de livros *per capita*. De outro lado, o espiritismo é cada vez mais uma espécie de subcultura religiosa autônoma e descentralizada, perante a qual pode-se perceber até a emergência de um modelo informal e literário de construir uma religiosidade privada, através de leituras, recursos e participações eventuais em centros espíritas.³⁹

O espiritismo kardecista é um recurso simbólico específico, é uma alternativa religiosa que possibilita a imersão e absorção em sua cultura escrita, com a pluralidade de maneiras de crer e participar que realiza experiências privadas, influenciando as camadas médias urbanas.

2.2 Diversidades e tradições religiosas de matriz africana

A religiosidade, em suas diferentes expressões, é uma dimensão construtiva do ser humano, já que desde os primórdios constata-se sua manifestação nas culturas, servindo de referência para as pessoas que buscam respostas.

Desde o início, as religiões afro-brasileiras, do ponto de vista de seu significado para a cultura brasileira, são constituídas de peculiaridades e características organizacionais estabelecendo um paralelo entre divindades africanas e santos católicos, valorizando freqüentemente os ritos e sacramentos da Igreja Católica. A influência africana vai à direção do que se chama religiosidade popular, visto que o catolicismo romano tem procurado se manter incólume a uma possível influência tanto no universo religioso africano como no catolicismo popular. Não só evitou um diálogo mais profundo, como o combateu.

³⁹ LEWGOY, 2006, p. 174.

2.2.1 Umbanda/Candomblé

Considerada a “religião essencialmente brasileira”, a umbanda, essa *culturreligião* é mestiça do índio, do negro e do europeu, consumada da miscigenação colonial primordial, sinalizada pelos patriotas intelectuais como forma religiosa plenamente ajustada, posto que sincrética, à realidade brasileira, mesmo a realidade brasileira mais urbana e modernizada. Ela foi criada por volta de 1900, no Rio de Janeiro.

A partir de 1973, na classificação funcional aplicada às religiões afro-brasileiras, o esquema teve por efeito separar umbanda e candomblé em classes distintas de religião por conta de sua distinta “função social”: no quadro classificatório de 1973, enquanto a umbanda já se perfila no rol das “religiões de caráter universal”, candomblé e o xangô, figuram tranqüilamente entre as “religiões com função de preservação do patrimônio étnico-cultural”. Hoje não é mais assim. Os cultos afro-brasileiros, mesmo no caso dos candomblés mais africanizados, já se comportam como religiões sem “reserva de mercado” de natureza étnica.

A literatura sociológica e antropológica sobre o candomblé o tem tratado como manifestação da cultura negra, ou de populações negras, sobretudo no Nordeste e especialmente na Bahia. O candomblé da Bahia, como o xangô de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, o tambor-de-mina do Maranhão e o batuque do Rio Grande do Sul, tem sido interpretado e estudado como religião de preservação do patrimônio cultural de grupos étnicos, neste caso, grupos de cor – os negros. [...] Talvez por isso a maior parte das investigações sobre as religiões dos deuses negros no Brasil seja de estudos etnográficos, em geral monográficos, tendo por referência privilegiada a Bahia, onde os autores têm procurado como objeto empírico preferencial um candomblé denominado jeje-nagô, em virtude da predominância, nele, de elementos da cultura dos antigos escravos nagôs (iorubanos) mesclados de outras etnias africanas.⁴⁰

A umbanda, como se sabe, desde o princípio se auto-representou como dirigida a todos os brasileiros: negros, índios e brancos. Assim foi desde o berço, melhor, desde a concepção, pois ela não foi concebida como uma religião negra, muito menos como uma religião só de negros. Já o candomblé, este sim concebido como “uma religião de preservação do patrimônio cultural específico do negro”, com o passar do tempo foi, por sua vez, “constituindo-se em religião para todos”.⁴¹ E foi assim que na segunda metade do século XX ele se espalhou pelas grandes cidades

⁴⁰ PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 5.

⁴¹ PRANDI, Reginaldo. Raça e religião. In: PRANDI, Reginaldo. **Herdeiros do axé**: sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 64.

brasileiras, muitas das quais no Sudeste, onde antes dos anos 1960 ele não passava de uma referência cultural regional para quem voltasse os olhos curiosos em direção à Bahia.

O candomblé é uma religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX. É uma religião de iniciação que, apesar de deturpada, tem seus fundamentos nas religiões tribais africanas (milenaes) trazidos pelos escravos para o Brasil. Com eles, vieram os orixás africanos, todos negros, sem mistura de credo, pois para o candomblé, o bem e o mal não se separam, não são campos distintos.

O candomblé iorubano ou nagô (com suas variantes rituais, as nações de queto, efã e mais tarde o nagô pernambucano) e o candomblé angola virão se instalar em São Paulo *não mais como religião de preservação de um patrimônio cultural do negro, religião étnica, mas sim como religião universal*, isto é, aberta a todos, independentemente de cor, origem e extração social.⁴²

Além dos deslocamentos observados no esquema de classificação funcional, importa notar sua direção. No Brasil do século XX, esses deslocamentos obedeceram a um padrão, um padrão claramente “desenvolvimentista”, evitando-se as armadilhas ideológicas do termo “evolutivo”. Pelo menos no Brasil, as alterações de função no interior do campo religioso têm se dado sempre e invariavelmente na mesma direção: de religião étnica para religião universal. Não mais em direção contrária, conforme costumava acontecer com as grandes religiões universais aqui trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos.

Colocando o problema de um ponto de vista empiricamente referido, a curiosidade científica, que de resto opera com o impulso de uma “fome de realidade”, demanda que se indague imediatamente da *composição por cor* dos grupos religiosos afro-brasileiros, vulgarmente dados como religiões de negros até hoje. Conforme o esperado em qualquer palpite de senso comum, os negros marcam, sim, maior presença nas religiões afro-brasileiras. Na umbanda, a maioria branca é acentuada, no candomblé, entretanto a coisa muda de figura, os brancos aí são contingente minoritário, mas obviamente numeroso, o suficiente para desconstruir demograficamente a velha imagem do candomblé como reduto religioso de negros e que continua a ser o grande e decisivo portador coletivo de um passado

⁴² PRANDI, 1991, p. 20.

religioso africano que paradoxalmente não é mais o passado real de grande parte dos seus adeptos individualmente tomados. Ainda que todos eles religiosamente estejam cada vez mais africanizados.

É óbvio que os brancos do candomblé não estão ali para celebrar retrospectivamente sua pertença primordial a uma etnicidade africana. Muito menos para “defender” sua prezadíssima identidade racial e social dos brancos, o que não passaria, para dizer o mínimo, de uma fanfarronice. Sua identidade africana é na verdade africanizada pela fé; portanto uma identidade, como diria Weber, “puramente religiosa”.

O fato de o candomblé conter tão emblematicamente a marca africana tem motivado o movimento negro a buscar uma aliança com os terreiros para uma militância conjunta, ao que mães e pais-de-santo resistem fortemente, pois eles, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde boa parte dos sacerdotes é de brancos, não desejam repor fronteiras raciais que a religião tem abandonado nas últimas décadas. [...] Interessa-me aqui chamar a atenção para a importância atribuída às questões de origem cultural, de raiz, em que a religião parece estar incluída, minimamente como símbolo de recuperação da origem. No conjunto da sociedade, pode ocorrer movimento inverso: as religiões afro-brasileiras vão cada vez mais incorporando o branco em suas fileiras, quando não se transformam elas mesmas no intuito de apagar exatamente aqueles traços que mais evidenciam a origem africana, como o sacrifício e a língua ritual de origem africana. Enquanto isso, os negros engrossam cada vez mais as fileiras das religiões não-negras, das quais algumas mais agressivas modelam sua identidade mostrando-se numa guerra santa [precisamente] contra a religiosidade um dia trazida da África.⁴³

O forte do candomblé parece mesmo que deixou de ser a defesa étnica. No país, na passagem do século XX para o XXI, mostram as estatísticas que entre os negros a proporção de convertidos aos diversos grupos evangélicos, mas principalmente aos pentecostais, é maior que entre os pardos e os brancos.

A umbanda e o candomblé são religiões mágicas de pequenos grupos que, cada qual a seu modo, são valorizados pela importância cultural. A maior diferença entre a umbanda e o candomblé é que na umbanda quem atende e responde às pessoas, são os guias, entidades desencarnadas conhecidas como baianos, caboclos, preto-velhos e outros. Já no candomblé, quem responde as dúvidas das pessoas são os chamados orixás, entidades ligadas ao Olorum (grande Deus ou Criador).

⁴³ PRANDI, 1991, p. 75, 77.

A maior parte dos atuais seguidores das religiões afro-brasileiras nasceu católico e adotou a religião que professa hoje em idade adulta.

2.3 Diversidade e intolerância

Hoje é quase impossível dizer qual é a religião praticada pelo povo brasileiro. Na verdade, as religiões são influenciadas pelo contexto no qual estão inseridas.

O Brasil não pode ser considerado como um país cristão tão somente pela imposição de seus primeiros colonizadores, que trouxeram um cristianismo através de um tipo de catolicismo de características medievais, ou seja, indulgente, inquisitório e intolerante ao qual o brasileiro fora iniciado. Aqui existia um povo, considerado selvagem pelos estrangeiros, cujos integrantes tinham uma organização social e religiosa. Adoravam e veneravam seus deuses e os espíritos da mata tinham seus ritos e crenças. A religião indígena foi a primeira a ser cultuada em solo brasileiro. No período da colonização, com a chegada do cristianismo, os portugueses cristãos, tentaram catequizar os indígenas brasileiros, e convertê-los ao cristianismo europeu, não respeitando sua religiosidade.

A mão-de-obra escrava indígena foi substituída parcialmente com a chegada dos povos escravizados da África. A vinda dos negros ao Brasil foi um evento traumático, e mais traumática ainda foi a experiência secular de escravidão. Junto com esses negros/as vieram também sua cultura e sua religiosidade, escondidas sob o medo e o terror ao qual eram submetidos. O contato dos negros com os europeus foi um acento de sofrimento para os africanos. Perpassou este contato a dimensão religiosa. No caso dos negros, marcada pelo rompimento com as tradições africanas e, no caso dos portugueses, pela intenção de “batizar” os negros para livrá-los do “paganismo”.

Os negros eram batizados e recebiam outro nome; os praticantes destas atitudes inescrupulosas afirmavam que sua captura e o ato do batismo forçado serviam para salvar a alma dos escravizados. Foi com base nessa justificativa que os europeus sentiam-se à vontade para estender seu domínio sobre os povos africanos. Por se tratar de um objeto (segundo a concepção lusitana) não possuíam vontades e nem direitos. Religiosidade, então, era algo considerado incompreensível

para o negro escravizado. O que os proprietários não sabiam é que os negros vindos da África traziam consigo suas crenças e mitos. Esses mitos permaneceriam acesos no íntimo de cada um deles, passando de geração a geração de forma oral, conservando assim a crença e rito africano durante muito tempo. Assim como os indígenas, os negros vindos do continente africano viviam em tribos, mas também em reinos e impérios, como, por exemplo, Império Iorubá, Madinga, Songai, Mali, Dahomé, entre outros. Veneravam divindades ligadas a elementos da natureza. Mais tarde, essas crenças em seres supremos e civilizatórios identificaram-se em alguns aspectos, dando origem a algumas religiões afro-brasileiras conhecidas hoje.

Nesse período, a Igreja nada fez contra as atrocidades cometidas contra negros escravizados. Os Jesuítas lutavam contra a escravidão indígena, mas nada faziam contra a escravidão das pessoas negras. O Papa Paulo III proibiu a escravização de indígenas, porém esses só deixaram de ser escravizados após a compra de africanos. A Igreja posicionou-se em favor dos índios, desde que fossem catequizados, induziu os portugueses ao tráfico de negros do continente africano, justificando, assim, sua omissão a tais atitudes. Na realidade, a coroa portuguesa não queria atrito com os índios porque eram profundos conhecedores das matas e se tornariam excelentes aliados dos portugueses contra os invasores holandeses e franceses que também entravam em terras ditas portuguesas para saquear as riquezas brasileiras.

Por volta de 1810, com a chegada dos primeiros protestantes, os brasileiros foram confrontados com cristãos que professavam a sua fé em moldes diferentes do catolicismo brasileiro. Os protestantes não eram bem-vindos por aqui, mas sua presença fora imposta pela Inglaterra para que houvesse um fluente comércio entre a colônia brasileira e os britânicos. Os cultos dos protestantes anglicanos eram realizados em navios ou residências, pois não eram permitidas casas com arquitetura de templos religiosos. Em 1824, inicia-se o chamado protestantismo de imigração; eram europeus, principalmente suíços, alemães e austríacos, que vieram em busca de terras para o cultivo. Essa seria a futura mão-de-obra substituta da mão-de-obra escrava. Sendo o último país do mundo a abolir a escravidão, o Brasil sofrera pressões internacionais principalmente da Inglaterra, que necessitava de um mercado consumidor para seus produtos. Por não receberem salário, os negros escravizados não eram consumidores, sendo essa a principal idéia que resultou na

vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, e ainda com a promessa de que aqui teriam terras para trabalhar e liberdade para professar a sua fé.

Aos negros escravizados, nunca foi permitido o direito de culto, nem ao menos alguma expressão de fé na sua religião trazida da África. Por isso, eles buscavam nas imagens dos santos e santos católicos personagens que se identificassem, através de atributos, aos orixás e divindades africanas para que sua cultura religiosa não morresse.

Pastores protestantes, padres jesuítas e franciscanos possuíam escravos, e também os comercializavam. As Igrejas protestantes do período colonial, assim como a Igreja Romana, nada fizeram em favor dos africanos escravizados. O protestantismo, que para os negros brasileiros poderia ser uma proposta libertadora através do Cristo crucificado, converteu-se apenas em mais uma religião branca e opressora.

Apesar de o Brasil continuar sendo um país de maioria católica, a Igreja Romana não mais era a Igreja oficial do Estado. Após a proclamação da República, o Estado brasileiro, agora republicano, garantiu às Igrejas protestantes a construção de seus templos e os imigrantes protestantes, antes vítimas de restrições e considerados cidadãos de segunda categoria, agora usufruíam da liberdade de celebração pública de seus cultos. Os negros não foram contemplados com essa determinação do Estado; nem eram considerados pessoas, muito menos cidadãos. Não lhes foi permitido o direito de cultuar suas divindades através de sua religião africana. Tinham sua religiosidade ignorada, ou atribuída às seitas demoníacas. Foi através da determinação e da perseverança que os afro-brasileiros, por meio da sua religiosidade, puderam reconstruir a sua identidade tão desprezada pela elite branca da época.

Não funcionou a idéia de trazer imigrantes europeus para o Brasil com o intuito de “clarear” totalmente a população. O que se observa hoje é uma nação diversificada tanto no contexto étnico/cultural quanto no campo da religiosidade. O Brasil tem a segunda maior população negra do planeta, perdendo apenas para a Nigéria, e a pluralidade religiosa brasileira é a mais diversificada do mundo.

As religiões de matriz-africana, sufocadas por muito tempo, para não se estagnarem, usaram o sincretismo, através das semelhanças entre divindades das

religiões afro-brasileiras e os santos católicos, sendo assim possível resistir às pressões e perseguições constantes aos sacerdotes da religião africana, ao pais e mães-de-santo.

A partir de 1988, com a aprovação da Constituição Federal brasileira, em seu parágrafo 1º, Art. 215, com embasamento jurídico, a religião africana passou a ter condições favoráveis para sua atuação e reconhecimento como instituição religiosa e o direito negado há tanto tempo para a realização de suas celebrações.⁴⁴

O culto aos orixás passou a ocupar dimensões não marginadas; o público antes constituído apenas por negros, agora abrange todas as etnias e classes sociais. A liberdade de culto, garantida por lei foi benéfica e essencial para a transformação na mentalidade e comportamento dos brasileiros; os paradigmas preestabelecidos por uma nação racista e opressora converteram-se pouco a pouco em sinais de transformação.

A diversidade se faz bela quando o respeito mútuo perpassa a concepção do que se acredita ser o certo ou errado. A religião deve gerar transformação e conscientização para que não dure o processo alienante e discriminatório. A diversidade religiosa brasileira atingiu dimensões declaradas graças, sobretudo, àqueles e àqueles que conservaram em seu interior o desejo de liberdade. A religiosidade dos negros resistiu, continua firme e em persistente crescimento. Encontram-se hoje negros nas mais diversas religiões e ramificações do cristianismo. Os afrodescendentes brasileiros estão encontrando os espaços que durante muito tempo lhes foram negados, nas igrejas e na sociedade. Com luta, consciência e instrução, o negro que resistiu aos sofrimentos ao longo da história, graças à capacidade de mobilização presente no movimento negro brasileiro, vem buscando através de suas atividades, justiça social e condições de vida digna para o povo negro.

⁴⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

3 ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Neste capítulo, pretendemos entender, passados quinhentos anos de caminhada histórica do Brasil, como as tendências dos períodos anteriores influenciaram as novas concepções do Ensino Religioso, caracterizando-o nas diferentes épocas, segundo a legislação em vigor.

Para compreender o exercício do Ensino Religioso, queremos nos situar na evolução do pensamento educacional e tecer perspectivas e considerações que levem em conta o pluralismo religioso e cultural oriundos da formação religiosa do povo brasileiro.

Ao longo deste século, o Ensino Religioso no Brasil tem sido alvo de inúmeros debates que visam sua permanência no sistema escolar.

3.1 Uma visão panorâmica

Entre 1500 e 1800, coube à Igreja Católica, através dos jesuítas, a evangelização de índios e negros e, conseqüentemente, o Ensino Religioso. Com o domínio do pensamento católico-romano, a evangelização foi superficial. Negros escravizados e índios reduzidos foram cristianizados com o uso da violência e da intolerância, sem catequese. Pela Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 1824, o Brasil torna-se oficialmente católico.⁴⁵Nas escolas, são usados os manuais de catecismo da doutrina cristã.

⁴⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 25. mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

Através da Carta Magna de 1891, “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”,⁴⁶ fizemo-nos laicos com o reconhecimento da liberdade de religião, de expressão religiosa e liberdade de cultos, punindo também a ofensa a estes como crimes contra o sentimento religioso. Entretanto, proíbe qualquer tipo de ensino ou manifestação religiosa em estabelecimentos públicos, inclusive na escola, cabendo à Igreja Católica, o empenho em estabelecer esta disciplina ora no âmbito estatal, ora no âmbito nacional, principalmente por ocasião de mudanças constitucionais.

Entre 1934 e 1945, o Ensino Religioso é admitido em caráter facultativo, após amplas discussões a favor e contra sua inclusão na Carta Magna de 1934.⁴⁷

O artigo 153 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil pretende salvaguardar:

- o princípio da liberdade religiosa com a expressão “será de frequência facultativa”;
- a confessionalidade, com determinação da prática pedagógica – “ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno”;
- o direito da participação da família, com a expressão: “manifestada pelos pais e responsáveis”;
- a obrigatoriedade, na grade curricular, com o enunciado “e constituirá matéria dos horários nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

De natureza confessional. Na quase totalidade das escolas públicas, o Ensino Religioso continua a ser Ensino da Religião na escola.

Na Constituição de 37, porém, perde a obrigatoriedade pelo que consta o artigo 133: “Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem frequência de compulsória por parte dos alunos”.

No Estado Novo, a educação é norteada pela ideologia nazi-facista, onde são valorizadas: a formação profissional, a formação militar e, em especial, a acentuada atenção à formação de “individualidades condutoras”.⁴⁸

No período entre 1946 a 1964, o Ensino Religioso é contemplado como dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão.

Porém, ao ser regulamentada a matéria constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases, nº. 4024/61, introduz elementos novos, restringindo o espaço do Ensino Religioso, dando-lhe o tratamento de um componente da educação, mas fora do sistema escolar, enfraquecendo a responsabilidade do Estado para com os professores de Ensino Religioso, que passam a ser

⁴⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 24. fev. 1891. Art. 72, § 6º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

⁴⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 16. jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

⁴⁸ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 10-11.

discriminados, sem a garantia dos seus direitos como um profissional da educação, mediante o enunciado contido no artigo 97 da mesma lei, a saber: "sem ônus para os cofres públicos".⁴⁹

Entre 1964 e 1984, o Ensino Religioso é obrigatório para a escola, concedendo ao aluno o direito de opção no ato da matrícula

Por ser fruto de uma outorga, o dispositivo constitucional garante o Ensino Religioso no sistema escolar. Na prática, porém, continua a receber um tratamento que o discrimina e dá origem a muitos desafios de natureza pedagógica e administrativa. Ainda que nesse período tenha sido iniciada a busca da sua identidade, não há clareza quanto ao seu papel específico no ambiente escolar. Há, contudo, um grande esforço de renovação da prática pedagógica em relação a esse conteúdo na escola.⁵⁰

A partir de 1985, Ensino Religioso busca sua identidade, seu espaço e a redefinição de seu papel na escola:

A conjugação de esforços dos vários segmentos da sociedade, representados por grupos interessados, entidades religiosas, entidades educacionais e parlamentares, se processa na tentativa de superar as inúmeras dificuldades presentes, hoje, no processo de legalização e prática do Ensino Religioso. Dificuldades essas que, acrescidas às anteriores, se somam àquelas conseqüentes da busca de nova concepção metodológica para tal ensino, cuja reflexão e esforço de construção de um novo imaginário vêm ganhando espaço nestas últimas décadas.⁵¹

Com efeito, o Ensino Religioso aparece em todas as Constituições Federais e desde o decreto sobre o Ensino Religioso de 1931 até hoje tal disciplina sempre foi caracterizada como sendo de matrícula facultativa para uma oferta obrigatória, embora sob as leis orgânicas do Estado Novo até 1946 ele também fosse de oferta facultativa.

Essa permanência sempre gerou conflitos, fazendo com que os debates, no âmbito político, bem como no interior da sociedade civil, fossem movidos de contendas e paixões. Constatamos que os argumentos favoráveis e contrários fazem parte de um capítulo próprio da história da educação brasileira, nas mais diferentes legislações sobre o ensino.

É necessário que se dê mais alguns passos na busca de compreensão da problemática que vem dando origem aos debates na esfera educacional e política do

⁴⁹ FIGUEIREDO, 1996, p. 11-12.

⁵⁰ FIGUEIREDO, 1996, p. 12.

⁵¹ FIGUEIREDO, 1996, p. 12.

país, sem perder de vista o significado dos elementos sócio-político-econômico-culturais presentes na formação do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, existe a necessidade de detectar as concepções filosóficas que alimentam as ideologias mantenedoras do imaginário educacional vigente.

3.2 O que é Ensino Religioso

A Constituição Brasileira garante a liberdade de culto e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abre espaço para um Ensino Religioso inter-confessional em seu Art. 33. Nova redação foi dada a esse artigo, em 22 de julho de 1997, para assegurar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.⁵² No âmbito estadual, a resolução de 27 de setembro de 2001 do Conselho Estadual de Educação regulamenta este artigo e propõe um programa aberto:

Na Constituição Federal são atribuídos os exercícios sacerdotais a apenas três categorias religiosas: O Padre (sacerdote católico), o Rabino (sacerdote judaico) e o Pastor Protestante (sacerdote de confissão evangélica). Ficam de fora as religiões não cristãs (Islamismo, Budismo etc.); Religiões cristãs que estão fora da classificação de católicos e protestantes (Kardecismo, Umbandismo etc.). O ensino religioso nas escolas não é definido, segundo a Lei Federal 9394, LDB, se é ou não cristão, e por isso mesmo precisamos abranger o maior número possível de expressões religiosas em nossa sociedade, para garantir o direito de livre expressão de culto, sob o risco de ignorarmos tais manifestações culturais e tornar-nos este dispositivo de lei como proselitismo e intolerância religiosa, o que contraria o espírito da própria lei. Reduzir o ensino religioso às próprias convicções religiosas, à historicidade cultural ou familiar é crime de discriminação religiosa.⁵³

O conteúdo das aulas do Ensino Religioso nas escolas deve, antes de tudo, tratar o aspecto ético, fundamentar-se nos princípios da cidadania e do entendimento do outro. Na ética, as religiões tendem a se aproximarem umas das outras. O conhecimento religioso não deve ser um aglomerado de conteúdos que visam evangelizar ou procurar seguidores de doutrinas, nem deve estar associado à imposição de dogmas, rituais ou orações, mas deve ser um caminho a mais para o saber sobre as sociedades humanas e sobre si mesmo. É uma constante preocupação para todos, pois visa a educação plena do educando, a formação de valores fundamentais através da busca do Transcendente e da descoberta do

⁵² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997.

⁵³ ROSAS, Vanderlei de Barros. **O ensino religioso nas escolas**. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei2.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2007.

sentido mais profundo da existência humana. Ignorá-lo é ignorar e desprezar a pessoa humana, violentando-a naquilo que ela tem de mais íntimo: o direito a uma educação completa, respeitando a liberdade de cada um.

O Ensino Religioso é a disciplina a qual se confia, do ponto de vista da escola leiga e pluralista, a indispensável educação da religiosidade. Vale observar a necessidade de se superar uma posição monopolista e proselitista, para que haja uma autêntica educação da religiosidade inserida no sistema público de educação em benefício do povo.

O Ensino Religioso significa comunicar a cultura religiosa através da organização técnica adequada ao contexto da aprendizagem de “ser” e “vir a ser” um ser humano religioso e solidário. Perceber o Ensino Religioso como uma área do conhecimento, preocupada em desenvolver a capacidade do educando em dialogar consigo, com o outro, com o diferente e com o Transcendente, não é das tarefas a mais fácil. A grande tendência verificada é um ensino catequético rodeado dos dogmas da religião que o dominou por muitas décadas.

Valorizar as diferentes crenças e culturas, respeitar os variados ritos, expressão dos fenômenos religiosos de cada educando, admitindo que todas elas têm valor intrínseco, e procurar um diálogo saudável entre as diversas tradições, é atribuição essencial do educador de Ensino Religioso. O melhor antídoto do preconceito é o conhecimento. Pode haver muito que nos choque e nos desagrade na religião alheia, mas sem nenhuma dúvida haverá muito que nos encante e nos fale ao coração. É no terreno dos encontros que devemos fixar nosso olhar e achar o fio condutor do diálogo.

É importante que o diálogo inter-religioso seja impulsionado pelo desejo de um melhor entendimento humano [...] que contribua para uma melhor convivialidade humana [...] Mas também: O encontro com o diferente pode apontar para a própria identidade e levar a perguntar justamente sobre o específico dela.⁵⁴

O Ensino Religioso, sem nenhum propósito doutrinante de uma determinada visão religiosa, de maneira respeitosa e reverente para com o domínio de cada culto e de cada doutrina, deve incentivar e desencadear no educando um processo de

⁵⁴ BERKENBROCK, Volney J. A atitude franciscana no diálogo interreligioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.). **Herança franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 320, 327.

conhecimento e vivência de sua própria religião, mas também um interesse por outras formas de religiosidade.

Pode-se, pois, teorizar que o Ensino Religioso deveria ter como objetivos orientadores: 1) despertar e cultivar a religiosidade do educando; 2) levá-lo à compreensão da importância do fenômeno religioso em sua própria vida e na história humana; 3) trazer conhecimento sobre as diferentes formas de religiosidade, dentro de seus respectivos contextos culturais e históricos; 4) criar um espírito de fraternidade e tolerância entre as diferentes religiões; 5) sensibilizar o educando em relação aos princípios morais propostos pelas religiões, promovendo ao mesmo tempo uma reflexão sobre eles.

Sedo a religião um fenômeno humano abrangente, entranhado em todas as áreas da cultura, suas diversas facetas permitem perfeitamente a interdisciplinaridade em seu tratamento. Assim, ao mesmo tempo em que o ensino religioso serve para ampliar o universo cultural do educando, este ensino se torna muito mais consistente, enraizando-se nas múltiplas áreas do conhecimento.

Cumpra-se assim a proposta do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso:

[...] a abordagem didática se dá numa seqüência cognitiva, possibilitando a continuidade das aprendizagens que deve considerar: a bagagem cultural religiosa do educando, seus conhecimentos anteriores; a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente devido à pluralidade; a possibilidade de aprofundamento.⁵⁵

O caminho para a autonomia acontece com a combinação equilibrada entre interação e interiorização. O educador autêntico é humilde e deve estar convicto de que ensinar exige ética e estética, pois ele é portador de caráter formador e exemplar do educando. Respeitar os diversos saberes, acolher novas idéias, valorizar as diferenças e rejeitar qualquer forma de discriminação são atitudes respeitadas no processo de ensinar e aprender.

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de

⁵⁵ INCONTRI, Dora. **Ensino Religioso sem proselitismo. É possível?** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur13/dora.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.⁵⁶

Apesar de tudo, o Ensino Religioso está consciente de sua existência. Deve atuar, porém, no lugar certo, com metodologia adequada, a partir de princípios e critérios justos, bem definidos, que mostram sua transparência. O Ensino Religioso deve ser percebido na integridade de sua natureza específica, a figurar, normalmente, no conjunto das disciplinas. Para tal, necessita ser discutido no contexto global da educação, e não como disciplina isolada, ou em instâncias especiais, perdendo de vista o sistema escolar como um todo.

Mesmo tendo passado por várias tendências presentes em cada época, acreditamos que o Ensino Religioso tem seu espaço assegurado, com um perfil corretamente traçado sem a pretensão de fornecer fé, de espécie alguma. Sua finalidade é acompanhar e complementar uma etapa de crescimento do ser humano.

3.3 Pistas para a superação da intolerância no Ensino Religioso

A intolerância religioso é um mal epidêmico que necessita de tratamento e prevenção. É uma doença preconceituosa e discriminatória que atinge e fere a dignidade humana. A intolerância nasce da falta de raciocínio de muitos e da compreensão de poucos. Ela tem sua origem em uma fé cega, em mentes ressentidas que anseiam vingança e que tentam tirar dos seres humanos o direito e a capacidade de auto-sugestão espiritual e a liberdade de pensar e agir de acordo com suas próprias convicções.

Historicamente, a intolerância está presente na esfera das relações humanas fundadas em sentimentos e crenças religiosas. É uma prática que se autojustifica em nome de Deus; adquire o status de uma guerra de deuses encarnados em homens e mulheres que se odeiam e não se suportam.⁵⁷

Justifica-se a intolerância religiosa através do cumprimento das chamadas “Leis de Deus”, interpretadas e manipuladas de acordo com interesses nada religiosos, tendo regras e dogmas aceitos por mentes fechadas fundamentalistas e

⁵⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 67.

⁵⁷ SILVA, Antônio Ozaí da. **Reflexões sobre a intolerância**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/pol.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2009.

fanáticas, nas quais as realidades são deturpadas. Confundem a defesa da fé com imposição, desrespeito e prepotência. Como falar de um Jesus amoroso, de um Deus misericordioso, se discriminamos, julgamos, ignoramos e não percebemos que o que conquista, o que atrai, é o amor?

A discriminação e a intolerância, como construções humanas, fundamentam-se nos preconceitos e estereótipos que produzem. O preconceito é uma opinião emitida antecipadamente, sem fundamento na realidade, enquanto os estereótipos constituem-se em um conjunto de traços que supostamente caracterizam um grupo em seu aspecto físico ou moral. Tanto os preconceitos com os estereótipos, com sua força de falsear a realidade, parecem estar arraigados de forma profunda em nossa cultura. Recusar a legitimidade de ambos pede que cada cidadão e cidadã tenham claro as razões para superá-los e praticar a tolerância.⁵⁸

Para se tentar combater a intolerância religiosa, é necessário que ela seja vista e tratada como uma epidemia onde a denúncia de sua prática e a exigência do cumprimento da Lei sejam um tratamento contínuo de conscientização e educação plena para a tolerância, para a compreensão, para a alteridade e para o respeito. Esse processo deve envolver o compromisso de toda a sociedade.

Os ataques feitos no âmbito das práticas rituais das igrejas neopentecostais e de seus meios de divulgação e proselitismo têm como ponto de partida uma teologia assentada na idéia de que a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída à presença do demônio, que geralmente é associado aos seus deuses de outras denominações religiosas.⁵⁹

O espaço escolar precisa estar conectado à dinâmica dos fatos conflitantes e se apropriar dos movimentos que perpassam as relações interpessoais, onde experiência, tolerância e respeito sejam valorizados e compreendidos com superação dos preconceitos em relação ao outro e ao desconhecido.

É de louvar a idéia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros.⁶⁰

⁵⁸ GUIMARÃES, 2006, p. 29.

⁵⁹ SILVA, Vagner Gonçalves (Org.). **Intolerância religiosa**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 10.

⁶⁰ DELORS, Jaques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999. p. 97.

Paulo Freire explica que ensinar exige: aceitação do novo; rejeição a qualquer forma de discriminação; consciência de inacabamento; respeito à autonomia do educando; bom senso; humildade; e tolerância. Paulo Freire também nos mostra que a educação é ideológica. Portanto, para modificar o quadro de intolerância, faz-se necessário que a educação tenha uma ideologia *pró-tolerância*, *pró-respeito*, *pró-alteridade*. Entre o que pregamos e o que efetivamente vivenciamos, é preciso haver coerência, constância, exemplificação e assunção.

Na vivência e convivência da tolerância, é necessário que haja uma vigilância sobre o efetivo cumprimento da Lei, o auto-policiamento e reflexão com a responsabilidade e sugestão de mudança de mentalidade para uma convivência fraterna, igualitária e livre.

Um exemplo de desrespeito, de afronta ao direito individual, dá-se no Ensino Religioso nas escolas públicas, onde não se questiona seu conteúdo, se tendencioso, se proselitista ou não; contudo, ele é propagado como parte integrante da disciplina.

Com a recente decisão do Ministério da Educação pela inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, livros didáticos abordando o assunto começam a ser produzidos. Sendo as religiões afro-brasileiras parte dessa história e cultura, suas características têm sido abordadas de forma não sectária ou proselitista, como convém a um material destinado ao ensino laico, humanista e de difusão da tolerância à diversidade cultural. Entretanto, colocar nos livros escolares as religiões de origem africana ao lado de religiões hegemônicas, como o cristianismo, dando-lhes o mesmo e legitimidade destas últimas, tem gerado, por si só, protestos.⁶¹

Na linguagem corrente, tolerar é suportar. Quaisquer que sejam as diferenças existentes, a diversidade cultural, o pluralismo religioso, não pode ter a violência como uma justificativa para uma convivência não harmoniosa.

O Evangelho, na pessoa de Jesus Cristo, orienta-nos e aponta-nos para um diálogo tolerante e para o respeito pelas convicções de cada um e de todos. A partir do exemplo de Jesus, e diante da realidade, somos desafiados a conviver socialmente com as religiões no sentido de conhecimento e entendimento da diversidade religiosa presente na cultura brasileira, reconhecendo que o direito à liberdade religiosa é o princípio da igualdade. Infelizmente a falta de um Ensino

⁶¹ SILVA, 2006, p. 16.

Religioso desempenhando um papel construtivo, favorecendo o diálogo e o debate livre e aberto, ressaltando o risco de indiferença diante do crescimento dos grupos de sentimentos intolerantes.

Neste sentido, compreendo a necessidade de reestruturação do ensino integrado ao Ensino Religioso, no processo de construção do conhecimento, considerando a diversidade cultural e o pluralismo religioso como forma de esclarecimento e entendimento para a cultura da paz. Precisamos aprender a conviver com as diferenças.

O processo de construção de conhecimento desenvolve-se no convívio humano, na interação entre o indivíduo e a cultura na qual vive, na e com a qual se forma e para a qual se forma. Por isso, fala-se em aquisição de competências, à medida que o indivíduo se apropria de elementos com significação na cultura. Nesse contexto o Ensino Religioso ocupa um relevante papel educacional. Portanto, não há real construção de conhecimento sem que resulte, do mesmo movimento, uma construção de competências.⁶²

3.4 Formação e práticas docentes

O espaço escolar precisa estar conectado à dinâmica dos fatos conflitantes e se apropriar dos movimentos que perpassam as relações interpessoais, onde respeito, experiência e tolerância sejam valorizados e compreendidos para a superação dos preconceitos em relação ao outro e ao desconhecido.

A implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas passa pelo grave problema da falta de bons profissionais, capazes de transmitir conceitos gerais sobre todas as religiões, sem deixar prevalecer suas próprias idéias, ou idéias da religião que representam. Um docente formado em uma Licenciatura em Ciências da Religião estaria qualificado para um ensino religioso numa perspectiva plurirreligiosa, enfocando o fenômeno religioso como construção sociocultural construtor de valores éticos.

Toda proposta para a realização do Ensino Religioso deve ser baseada na transmissão dos fundamentos das maiores religiões existente no Brasil, com ênfase nos aspectos que lhes são comuns: práticas de boas ações, busca do bem comum, aprimoramento do caráter humano, etc.

⁶² JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; MENEGHETTI, Rosa G. Krob; WASCHOWICZ, Lilian Anna. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25.

Sabe-se que o fator regular da educação é a capacidade que o ser humano tem de aprender experiências e a maior parte de suas ações está determinada pelo comportamento adquirido. Com isso, a educação proporciona um harmonioso desenvolvimento da personalidade do ser humano, ajustando-o ao meio em que vive para que saiba aceitar, compreender e reagir adequadamente às circunstâncias físicas, sociais, religiosas e culturais de seu ambiente.

Temos a necessidade de uma educação onde o “religioso” seja conhecido e trabalhado como uma dimensão historicamente indissociável das culturas, como um dos maiores meios de acesso para a interpretação da história humana.

Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrirem-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações.⁶³

O perfil do educador de Ensino Religioso deve estar vinculado ao compromisso de respeito às diferenças presentes na vida da escola, um profissional que não seja confundido com um catequista e que, em tese, esteja apto a transmitir as idéias das principais religiões com um grau relativo de isenção.

⁶³ DELORS, 1999, p. 98.

CONCLUSÃO

Entendemos que toda ação educacional parte do pressuposto de que o ser humano se encontra num caminho de busca, humanamente infindável: busca da verdade e busca de uma pessoa em quem pode confiar. O Ensino Religioso, fundamentado em elementos de razão e fé, vem em sua ajuda, dando-lhe possibilidade concreta de ver realizado o objetivo dessa busca.

A religiosidade jamais será extinta do coração do ser humano e sempre expressará sua força na medida em que existir e prosseguir. “A constante busca humana de salvar a vida e de sobreviver entre as perplexidades do tempo histórico, repleto de inseguranças, incertezas e desafios. É o desejo humano esperar alguém no qual pode confiar incondicionalmente”.⁶⁴

O Ensino Religioso denota a preocupação da sociedade em aprofundar questões históricas, culturais e sociais, resgatando valores que deveriam ser intrínsecos à pessoa humana, como as virtudes, os valores morais e éticos e o engajamento na luta pela vida e pela qualidade de vida para todos.

Uma questão a ser estudada e solucionada é a relativa facultatividade da matrícula dos alunos, já que a disciplina Ensino Religioso deverá ser ministrada no horário normal de aula. A preocupação é: onde ficariam os alunos que não fizeram a opção pela disciplina? Caso não haja uma opção viável, não há de se falar em facultativa. Se a opção for ficar sem fazer nada durante o período das aulas, ou que durante este horário haja substituição por outra disciplina tradicional, com certeza a facultatividade estará ameaçada.

⁶⁴ BRUSTOLIN, Leomar Antônio. **Saberes sagrados nas tradições religiosas**. Disponível em: <http://www.catedraldecaxias.org.br/textos_pe_leomar/SABERES%20SAGRADOS%20NAS%20TRADICOES%20RELIGIOSAS.doc>. Acesso em: 15 mai. 2009.

Perceber o Ensino Religioso como uma área do conhecimento preocupada em desenvolver a capacidade do educando em dialogar consigo, com o outro, com o diferente e com o transcendente não é das tarefas a mais fácil. A grande tendência verificada é um ensino catequético, rodeado de dogmas da religião que, por muitas décadas, “dominou” a escola.

Conhecer o universo religioso, delimitando as próprias crenças em relação às crenças diferentes, admitindo que todas elas possuem valor, e procurar um diálogo saudável entre as diversas tradições é atribuição essencial do educador de Ensino Religioso.

A escola, sendo um espaço de construção de conhecimentos e de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados, assumirá a tarefa de educar do ponto de vista religioso, colocando o conhecimento religioso à disposição de todos os que queiram acessá-lo. A metodologia do Ensino Religioso garantirá que todos os educandos tenham a possibilidade de estabelecer um diálogo aberto e permitirá que, na sala de aula, educador e educandos, realizem um intercâmbio, um respeito profundo à alteridade.

Deve-se trabalhar a pluralidade religiosa para que conheçam as religiões, suas tradições, seus rituais, seus modos de adoração e sua ligação com a transcendência, excluindo, assim, qualquer forma de proselitismo. Entre educador e educandos não há mais relação de verticalidade, em que um é o sujeito e o outro objeto. Agora a pedagogia é dialógica, pois ambos são sujeitos do ato cognoscente. É o “aprender ensinando e o ensinar aprendendo”.

O perfil desejado do educador de Ensino Religioso é de alguém disponível para o diálogo, capaz de articulá-lo a partir de questões suscitadas no processo de aprendizagem. O professor deve ser o interlocutor entre a escola e a comunidade, mediando os conflitos; alguém que naturalmente vive a reverência da alteridade e leva em consideração que família e comunidade religiosa são espaços privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando.

Percebe-se, enfim, pelas muitas tentativas, que não se pode em poucas palavras definir conclusivamente religião, devido à grande diversidade cultural e religiosa de nosso país, talvez, nem mesmo em muitas palavras isto seja possível. O

que esperamos é a indução de uma educação inclusiva, com integração de diversos saberes, colaborando assim, contra o racismo, discriminações e intolerâncias e que a riqueza cultural seja considerada na sua diversidade étnica e racial presente em todo o Brasil com um fazer pedagógico mais criativo e humanitário. Em situações de confusão cultural e religiosa, a atitude de proselitismo, seja esta explícita ou implícita, seria anti-educativa e devastadora, e se transformaria em atitude negativa e discriminatória. “Quebrar preconceitos, buscar o respeito às diferenças de todos os tipos não significa homogeneização, unificação. É justamente quando nos despimos de nossos olhares preconceituosos que podem ser diferentes e aceitar a diferença na outra pessoa”.⁶⁵

É preciso resignificar nossas práticas, ampliar nossa visão de ser humano e de mundo, rever conceitos e preconceitos e assim estabelecermos modelos de relacionamentos humanos onde os vínculos entre realidade, respeito e afabilidade sejam responsáveis para um ambiente de paz.

Uma sociedade onde caibam todos só será possível num mundo no qual caibam muitos mundos. A educação se confronta com essa apaixonante tarefa: formar seres humanos para os quais a criatividade e a ternura sejam necessidades vivenciais e elementos definidores dos sonhos de felicidade individual e social.⁶⁶

O ser humano é, por natureza, um ser social. A educação que não aponta para o outro é, no mínimo, aniquiladora. Aniquila a possibilidade do encontro. Os indivíduos têm a capacidade de influir uns no comportamento dos outros, modificando-se mutuamente, no processo de interação social. Não vale somente estar presente no mundo (sociável) com desejos pessoais (personalizados) é preciso que haja busca, nesse contexto, da transformação. Uma transformação que nasça do desejo constante de doação plena, atuante e realizadora. Essa doação só é possível quando exercitada pelo amor.

Não é difícil compreender por que cada um de nós, como indivíduo, precisa de vida nova de Deus. Porém, por que formar de nós um corpo vivo? Os propósitos e significados do corpo são muito amplos. Em termos de educação, está claro que o Corpo deve promover um propósito que faz parte da natureza da nova vida que

⁶⁵ PONICK, Edson. **Experiências formativas**: contribuições da semana de criatividade para a formação de educadores. São Leopoldo: EST, 2007. p. 37.

⁶⁶ ASSMANN, 1998, p. 29.

Deus nos dá em Cristo. Propósito a que a Bíblia se refere nestas palavras de Paulo: Deus nos escolheu “para sermos conforme a imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8.29).

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 2005.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BENKO, A. **Psicologia da religião**. São Paulo: Loyola, 1998.

BERKENBROCK, Volney J. A atitude franciscana no diálogo interreligioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.). **Herança franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOBSIN, Oneide. Tendências religiosas e transversalidade: hipóteses sobre a transgressão de fronteiras. In: BOBSIN, Oneide. **Correntes religiosas e globalização**. São Leopoldo: CEBI; Curitiba: PPL, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **Ética da vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

_____. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANDENBURG, Laude Erandi. **A interação pedagógica no ensino religioso**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio. **Saberes sagrados nas tradições religiosas**. Disponível em:
<http://www.catedraldecaxias.org.br/textos_pe_leomar/SABERES%20SAGRADOS%20NAS%20TRADICOES%20RELIGIOSAS.doc>. Acesso em: 15 mai. 2009.

BUENO, Silveira Francisco da. **Minidicionário da língua portuguesa**. ed. rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000.

CARON, Lourdes. **O ensino religioso na nova LDB**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CATÃO, Francisco. **A educação no mundo pluralista**: por uma educação da liberdade. São Paulo: Paulinas, 1993a.

_____. **Em busca do sentido da vida**: a temática da educação religiosa. São Paulo: Paulinas, 1993b.

_____. **O fenômeno religioso**. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

CHIAVEGATO, Augusto José. **Homem hoje**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. **História e filosofia da educação**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, set./dez. 2004.

DELORS, Jaques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1999.

DELUMEAU, Jean; MELCHIOR-BONNET, Sabine. **De religiões e de homens**. São Paulo: Loyola, 2000.

DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Micea. **Mito e realidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, Madalena. **Afinal, o que é o ensino religioso?** Sua identidade própria em contrastes com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino religioso**: perspectivas pedagógicas. Petrópolis, Vozes, 1995.

_____. **O ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FÓRUM Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Religioso (PCNER)**. São Paulo: Ave Maria, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROOME, Thomas H. **Educação religiosa cristã**. São Paulo: Paulinas, 1985.

GRUPO IDENTIDADE. **Boletim *identidade!***, São Leopoldo, v. 10, jul./-dez. 2006.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um mundo novo é possível**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

INCONTRI, Dora. **Ensino Religioso sem proselitismo. É possível?** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur13/dora.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. **O processo da escolarização do ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; MENEGHETTI, Rosa G. Krob; WASCHOWICZ, Lilian Anna. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOCH, Ingelore Starke. **Brasil outros 500**: protestantismo e resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

KONIC, Card Frazi. **Léxico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEWGOY, Bernardo. Incluídos e letrados: reflexões sobre a vitalidade do espiritismo kardecista no censo de 2000. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

MACHADO, José Nilson. **Cidadania e educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

PASSOS, João Décio. **Ensino religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAULY, Evaldo Luiz. **Ética, educação e cidadania**: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética na educação. São Leopoldo: Sinodal, 2002

_____. O dilema epistemológico do ensino religioso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, set./dez. 2004.

PONICK, Edson. **Experiências formativas**: contribuições da semana de criatividade para a formação de educadores. São Leopoldo: EST, 2007.

PONICK, Edson; WITT, M. Dirlane; SILVA, M. Nörnberg (Orgs.). **Ensino Religioso no contexto escolar**: Fórum Nacional Luterano de Ensino Religioso. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **O candomblé de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Raça e religião. In: PRANDI, Reginaldo. **Herdeiros do axé**: sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. **Constituição política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 25. mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 24. fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 16. jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Lei n. 9.475**. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

- RICHARDS, Lawrence O. **Teologia da Educação Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1986.
- RIZZUTO, Ana Maria. **O nascimento do Deus vivo**: um estudo psicanalítico. São Leopoldo: Sinodal, 2006.
- ROSAS, Vanderlei de Barros. **O ensino religioso nas escolas**. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei2.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2007.
- SCHEFFER, João. Em busca de um ensino religioso ecumênico: In: **Ensino religioso escolar**: em busca de uma proposta ecumênica. São Leopoldo: CELADEC, 1996.
- SCHLESINGER, H. **Crenças, seitas e símbolos religiosos**: as religiões ontem e hoje. São Paulo: Paulinas, 1983.
- SCHLESINGER, H.; PORTO, H. **As religiões ontem e hoje**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- SENA, Luzia (Org.). **Ensino Religioso e formação docente**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SILVA, Antônio Ozaí da. **Reflexões sobre a intolerância**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/pol.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2009.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. **O negro no Brasil**: história e desafios. São Paulo, FTD, 1987.
- SILVA, Vagner Gonçalves (Org.). **Intolerância religiosa**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: EDUSP, 1972.
- STRECK, D. R. (Org.). **Educação e igrejas no Brasil**: um ensino ecumênico. São Bernardo do Campo: IEPG/CELADEC, 1995.
- TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- MARIZ, Cecília Loreto. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VIESSER, Lizete C. **Um paradigma didático para o Ensino Religioso**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WACHS, Manfredo Carlos; FUCHS, Henri Luiz; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí. **Práxis do Ensino Religioso na Escola**: IV Simpósio de Ensino Religioso. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

WILGES, Irineu. **Cultura religiosa**: as religiões no mundo. Petrópolis: Vozes, 1984.